

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----  
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,  
INICIADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO E CONTINUADA NO DIA 26 DE  
FEVEREIRO DE 2008.** -----

----- **ACTA NÚMERO QUARENTA E SEIS** -----

----- No dia 26 de Fevereiro de 2008, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do Primeiro Secretário, Excelentíssimo Senhor Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas, no impedimento da Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvado pelos Excelentíssimos Senhores Nelson Pinto Antunes e Dr. João Manuel Costa Magalhães Pereira, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Belo Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Patrícia Lamy Berreiros, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Manuel de Melo Barroso, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Rui Roque, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel

Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Sílvia Maria Ferreira Sepúlveda, Timóteo Rodrigues Macedo, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Fernando Manuel Catarino Narciso, Rodolfo Frederico Beja Knapic, Carlos Alberto Rebelo Costa, Pedro Miguel Gamito Cruz Santos, José Luís Português Borges da Silva, Manuel Fernando Dias de Almeida, António da Conceição Tavares, João Martins Vieira, José Manuel Cal Gonçalves, Rui Manuel Santos Matos Alves, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, Luís Jorge Morales de Los Rios Coelho, José Guilherme Figueiredo Nobre Gusmão, João Pedro Gonçalves Pereira, Sílvia Mota Lopes. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado Silva Preto, António Paulo Quadrado Afonso, Carlos Filipe Marques Lima, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Paula Teixeira da Cruz (PSD), Presidente da Assembleia Municipal, por um dia, tendo sido substituída na presidência da Mesa pelo Primeiro Secretário e no Plenário pelo Deputado Municipal Fernando Catarino Narciso. -----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- David Valente (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Martins Vieira. -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- Jorge Penedo (PSD), por sete dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Manuel Cal Gonçalves. -----

----- Virgínia Estorninho (PSD), por cinco dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António Tavares. -----

----- José Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Pereira. -----

----- José Roque Alexandre (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Coelho. -----

----- Sérgio Cintra, Maria José Falcão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria João Faria, Nuno Pintão, João Pinheiro, Sousa Nascimento, Maria Teresa Val de Matos, Maria Vitória de Melo, Carlos Poiars, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Catarina Gambôa, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro, Pedro Lopes, Bruno Inglês, Alberto

Pereira, América Coelho, Carlos Machado, António Amaral da Silva, Carlos Faria, Maria de Fátima Dias, Margarida Mota, Alexandra Bandeira, Margarida Velho, José Carlos Alegre, Carlos Castro, Maria Teresa Pires, José Oliveira Costa, Januário Costa, Diogo Leão, Alfredo Alves, Filipe Costa, Guilherme de Oliveira Martins, Carolina Tito de Morais, António Rebelo de Sousa, Joaquim Capucho, Pereira da Costa, Emílio Rincon Peres, Luís Cavaco, Odete Ferrajota, Manuel Poças, Manuel Jeffree, Mário Paiva, João Valente Pires, Fátima Cavaco, Luís Novaes Titto, Pedro Costa, Teresa Estrela, Eurico Dias, António Rêgo, Deolinda Santos, Alberto Seguro Dias, António Lopes, Maria Antónia, David Amado, Alexandre Mateus, Anabela Pilar e Catarina Martins, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. -----

----- Rita Susana Folgosa (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Guilherme Gusmão. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Pedro Gonçalves Pereira. -----

----- Carlos Andrade (CDS-PP), Deputado Municipal suplente, por um dia. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- Idalina Flora (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por Pedro Gamito Cruz Santos. -----

----- José Joaquim Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Ana Bravo de Campos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, por Rodolfo Knapic. -----

----- Rosa do Egípto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Mendes Silva. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- José Cal Gonçalves (PSD), Deputado Municipal suplente, relativamente à reunião realizada no dia 19 de Fevereiro. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, relativamente à reunião realizada no dia 19 de Fevereiro. -----

----- Carlos Lima (PCP), Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, relativamente à presente reunião. -----

----- Às 15 horas e 25 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente em exercício** declarou aberta a reunião, segunda da Sessão Ordinária iniciada no passado dia 19, para a qual foi distribuído um aditamento com o seguinte ponto: -----

----- **Ponto 3 – Proposta n.º 3/AM/2008 – Deliberar sobre a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social-Democrata, para criação de uma**

**Comissão Permanente para Acompanhamento da Gestão de Intervenção na Zona Ribeirinha de Lisboa.** -----

**CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

**PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação do documento, disse que poderia sintetizar este trimestre com os seguintes pontos: -----

----- Primeiro, o ter sido apresentado o relatório da sindicância que tinha sido solicitada pelo Sr. Prof. Carmona Rodrigues aos Serviços de Urbanismo; segundo, o acordo histórico celebrado entre o Município e o Estado, relativo à Frente Ribeirinha; terceiro, a proposta apresentada pela Câmara para a resolução do problema do pessoal em situação precária; e, quarto, a recusa do Tribunal de Contas do visto ao empréstimo solicitado para o saneamento financeiro do Município. -----

----- Mas sem prejuízo desses pontos principais, pensava que poderiam estruturar a análise deste trimestre de acordo com a forma como o tinham feito até agora, isto é, com os três grandes objectivos a que se propuseram neste mandato: arrumar a casa, pôr a Câmara a funcionar, e preparar o futuro. -----

----- No tocante à arrumação da casa, começando pelo urbanismo disse que o resultado da sindicância tinha um efeito absolutamente devastador sobre o sistema e funcionamento dos serviços de urbanismo do Município. No mais importante dos casos concretos, que eram tratáveis por via de processos disciplinares ou da validade jurídica dos actos praticados, a questão de fundo que era suscitada pela sindicância prendia-se com o ambiente geral do funcionamento do sistema dos juízos de urbanismo. -----

----- E desse ponto de vista, foi particularmente importante que a Câmara tivesse adoptado, por unanimidade, uma estratégia de resposta aos resultados da sindicância, que passaram, basicamente, pela perspectivação de uma reorganização global dos serviços, pela simplificação dos procedimentos, pela alteração dos sistemas de informação, pela produção de um conjunto de regulamentos que se encontravam em falta, tendo designado para o efeito um grupo de trabalho, que vinha já trabalhando e dentro do prazo previsto, final do primeiro trimestre de 2008, deveria apresentar à Câmara os instrumentos necessários para introduzir essa reforma. -----

----- Por outro lado, intervenção também do ponto de vista da prevenção. -----

----- Prevenção, alargando o âmbito das competências do Departamento de Auditoria Interna para que não se concentrassem exclusivamente no âmbito financeiro, mas alargasse também a sua intervenção ao âmbito da legalidade urbanística. -----

----- Prevenção, com a proposta apresentada, que tinha vindo a ser objecto de algo entre si e a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, tendo em vista a criação de uma Comissão de Promoção de Boas Práticas, que ajudasse à prevenção da corrupção. -----

----- Prevenção, finalmente, por via do reforço da transparência com a abertura da informação *on-line* de todos os pedidos de projectos urbanísticos que dessem entrada no Município. -----

----- Mas arrumação da casa também do ponto de vista financeiro. E se havia boas notícias resultantes do facto de em 2007 terem cumprido o objectivo a que se tinham proposto, sair da lista dos Municípios em excesso de endividamento, também havia boas notícias resultantes do facto de a Assembleia Municipal ter aprovado um Plano de Actividades e um Orçamento para 2008 que consolidava um corte de 34% na despesa, garantindo, assim, o saneamento financeiro do Município por via da contenção da despesa, Orçamento que se traduziria num conjunto de decisões ao longo de todo o ano que o permitiam consubstanciar, desde o realojamento do Departamento de Obras e Infra-estruturas em instalações municipais, no que poupariam 72.000 euros por mês, à decisão, já tomada na Câmara, de a partir do dia 1 de Março de 2008 deixarem de ter edição, em papel, do Boletim Municipal de que resultaria uma poupança de 300.000 euros por ano, até ao novo Regulamento de Subsídios, já aprovado em Câmara e presentemente em fase de audição pública. -----

----- Mas se estas eram boas notícias, havia, objectivamente, uma má notícia resultante da decisão do Tribunal de Contas de não visar o pedido de empréstimo que tinha sido autorizado pela Assembleia Municipal, para o saneamento financeiro do Município. -----

----- Como sabiam os que conheciam o Acórdão, o Acórdão decidira favoravelmente todas as questões que anteriormente tinham sido discutidas, o Tribunal de Contas não pusera qualquer reservas quanto ao montante do empréstimo, interpretara bem a relação entre o artigo 40º e o artigo 41º, nenhuma dúvida tendo suscitado, ao contrário do que acontecera com acórdãos anteriores, quanto à base jurídica que foi escolhida para o empréstimo. A única dificuldade prendera-se com o Plano de Saneamento Financeiro que o Tribunal de Contas considerara ser competente para apreciar, e apreciando considerara não ser suficientemente sustentado. -----

----- Mas sublinhava que, reunida extraordinariamente, a Câmara aprovara, por unanimidade, uma deliberação em apreciação desse Acórdão do Tribunal de Contas, decidindo três coisas fundamentalmente: -----

----- Em primeiro lugar, fazer um esforço acrescido de tesouraria apelando para isso aos dirigentes municipais no sentido de reforçarem o esforço de contenção na despesa corrente, de forma a libertar verbas que permitissem prosseguir o pagamento das dívidas de maior quantia, como vinham fazendo desde que tomaram posse. E ao mesmo tempo fazer o esforço, que já estava em curso, de negociar com os principais

credores outras formas alternativas para o Município proceder ao cumprimento das suas obrigações. -----

----- Em segundo lugar, foi também deliberado, por unanimidade, recorrer da decisão do Tribunal de Contas, visto não se poderem conformar com um conjunto de exigências que o Tribunal colocava para a elaboração do Plano de Saneamento Financeiro, e que, no entendimento da Câmara, inviabilizavam a possibilidade de apresentar um novo Plano de Saneamento Financeiro. Dava como exemplo, a exigência de terem um plano de investimentos, anualizado a 12 anos, que era o prazo de vigência do empréstimo, a exigência de que se explicitasse logo no Plano de Saneamento Financeiro toda a reestruturação dos serviços municipais, ou que no próprio Plano de Saneamento Financeiro se enunciassem logo os novos regulamentos das taxas municipais, o que, como exemplos de exigências, eram obviamente incompatíveis com a natureza própria do plano. -----

----- Em terceiro lugar, a decisão que a Câmara tomara, também por unanimidade, foi actualizar e complementar o Plano de Saneamento Financeiro, tendo constituído, para o efeito, um grupo de trabalho com Vereadores de todas as forças políticas, que ontem mesmo teve a sua primeira reunião. -----

----- Portanto, a arrumação da casa do ponto de vista urbanístico, do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista laboral. E como tinham dito que o fariam, no passado dia 22 de Janeiro apresentaram aos sindicatos representativos dos trabalhadores do Município, uma proposta de constituição de um Tribunal Arbitral, de um Regulamento do Tribunal Arbitral e de uma Convenção de Arbitragem a celebrar entre o Município e todos aqueles que estando em regime de prestação de serviços consideravam, pela natureza das suas funções e pelo regime de relação que mantinham com o Município, de verem ser reconfigurada a sua classificação jurídica pelo Tribunal Arbitral de forma a poderem integrar o Quadro de Direito Privado do Município, seguindo a estratégia que tinha sido proposta à Câmara pelo Sr. Prof. Jorge Leite, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. -----

----- Mas, para além de arrumar a casa, têm procurado pôr a Câmara a funcionar. -----

----- A Câmara a funcionar significava resolver alguns pequenos problemas, grandes problemas, que estavam paralisados. Desde a substituição da iluminação do Rossio à iluminação do Aqueduto das Águas Livres, à conclusão das obras paralisadas no Jardim de São Pedro de Alcântara ou no Jardim Cidade de Goa, do Elevador do Rego na Rua da Beneficência, ou do refeitório da Escola Silva Porto, em Benfica, onde durante cinco anos os meninos comeram numa tenda. -----

----- Mas significava também pôr a funcionar serviços que, estando paralisados, prejudicavam gravemente a economia da cidade. E nessa matéria chamava a particular atenção para os resultados já alcançados com a redinamização que foi dada ao funcionamento da Comissão Arbitral Municipal, prevista no âmbito da Lei do Arrendamento. Os números eram muito claros: até Dezembro tinham sido feitas 532 vistorias e só tinham sido decididos 179 processos, mas desde Janeiro a esta parte já foram decididos 280 processos, já estavam marcadas 1.103 vistorias que se

realizariam até ao final de Março, pelo que chegariam ao final de Março com 91% dos pedidos pendentes já vistoriados. -----

----- Por outro lado, pôr a Câmara a funcionar era também responder ao défice de planeamento, que se foi acumulando e foi criando o caos urbanístico evidenciado na sindicância. -----

----- Foi nesse sentido que viram, com muita satisfação, que ao concurso de ideias para o Parque Mayer se apresentaram 27 propostas, processo que no início do próximo mês seria concluído com o júri a propor a adjudicação e a selecção das equipas seleccionadas para a elaboração do plano de pormenor para o quarteirão Parque Mayer/Jardim Botânico, ao mesmo tempo que estava já em curso o concurso para a elaboração do projecto de recuperação do Teatro Capitólio. E era também nesse sentido que amanhã mesmo, na Sessão de Câmara, se discutiria a aprovação dos termos de referência para a elaboração de um novo plano de pormenor para Alcântara, já não confinado ao chamado espaço Alcântara XXI, mas de acordo com uma área mais vasta tendo em vista reforçar a coesão social de todo o território e uma recuperação integrada do conjunto da freguesia. -----

----- Mas também apreciariam amanhã os termos de referência para a elaboração de um plano de pormenor para a Baixa-Chiado, desbloqueando, assim, o processo de reconversão dessa zona central e decisiva da cidade. Mas era um esforço de planeamento que era acompanhado em todos os sectores com a aprovação, brevemente, da Carta Educativa, instrumento fundamental para o planeamento da intervenção que queriam fazer na estrutura educativa da cidade. -----

----- Continuando, disse que para além de arrumar a casa e pôr a Câmara a funcionar, têm-se preocupado também em preparar o futuro, desde o lançamento de projectos novos, como o projecto da introdução da natação na actividade curricular do ensino básico, projecto que arrancara a semana passada, em regime piloto, abrangendo um total de mil crianças em três piscinas que eram acessíveis pelos alunos do ensino básico a pé e sem recurso a sistemas de transportes, com o objectivo de no próximo ano lectivo já abrangerem as 15.000 crianças que tinham no ensino básico, com serviço de transportes até às piscinas. Esse projecto permitira, por exemplo, que na piscina de Alfama as crianças que frequentavam a escola, que funcionava no próprio edifício da piscina mas que nunca a tinham utilizado, passassem também agora a utilizá-la e a ter os cursos de natação. -----

----- Quanto à preparação do futuro, no conjunto das parcerias que têm anunciado e que no próximo mês seriam consolidadas, referiu a parceria com o IHRU para a recuperação de quatro bairros fundamentais na Freguesia de Marvila, concretamente os bairros das Amendoeiras, do Armador, do Condado e dos Lóios, permitindo, assim, uma intervenção de fundo, não só no espaço público como também na requalificação das habitações. E também a parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa permitiria à Câmara lançar quatro creches, duas residências assistidas e um centro de cuidados de saúde continuados em diferentes zonas da cidade, desde a Freguesia da Charneca à zona do Bairro Alto ou à zona da Graça. -----

----- E, finalmente, as alterações fundamentais que resultavam da assinatura do protocolo sobre a Frente Ribeirinha, que permitiria devolver à Cidade de Lisboa as parcelas desafectas da actividade portuária, e o diálogo que estava em curso com o Governo tendo em vista as alterações profundas que eram necessárias introduzir na rede viária da cidade para poder acomodar uma terceira travessia do Tejo, com uma valência rodoviária, como parecia resultar necessária da decisão tomada pelo Governo de localizar o novo Aeroporto de Lisboa na zona Alcochete em vez da zona da Ota. ---

----- **O Deputado Municipal Vasco Valdez (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que a intervenção acabada de fazer pelo Sr. Presidente da Câmara falava muito do futuro e relativamente pouco do passado. Dir-se-ia que era um trimestre, mas era um facto que o Sr. Presidente da Câmara procurara pôr o acento tónico em tudo aquilo que era positivo, esquecendo aquilo que era negativo, sendo que aquilo que era negativo era realmente o essencial. -----

----- Mas ia centrar a sua intervenção em dois aspectos que lhe pareciam particularmente relevantes no actual contexto, e que o Sr. Presidente da Câmara também abordara: o primeiro tinha a ver com a situação financeira da autarquia, concretamente com a questão do empréstimo, e o segundo com a questão das sindicâncias, dos inquéritos respeitantes ao urbanismo. -----

----- E nesses dois aspectos tinham dúvidas que gostariam de colocar, porque o entendimento que faziam em relação a algumas dessas matérias não era tão risonho como aquele que o Sr. Presidente da Câmara procurara transmitir à Assembleia. -----

----- Em relação à primeira matéria, que tinha a ver com a questão do saneamento económico/financeiro da Câmara, disse que as notícias que o Sr. Presidente da Câmara podia trazer à Assembleia nesta data, 26 de Fevereiro, portanto para além do prazo da actividade da Câmara que estavam a apreciar, não eram favoráveis. E não eram favoráveis porque, independentemente de todos os documentos, de todos os papeis e de todas as propostas que foram apreciadas na Assembleia, havia formalismos de ordem jurídica essenciais que tinham que ser cumpridos, nomeadamente, como todos sabiam, o relativo ao visto do Tribunal de Contas, o que significava que a acção que até agora a autarquia desenvolvera no sentido de implementar o Plano de Saneamento Financeiro, passados todos estes meses encontrava-se ainda por fazer. -----

----- Diria o Sr. Presidente que não era culpa da Câmara Municipal. Não era certamente culpa da Assembleia Municipal como não era culpa do PSD, que ao longo do tempo na Assembleia procurara, em diversos momentos e por diversas formas, viabilizar o pedido formulado pela Câmara Municipal no sentido da concessão do empréstimo. Mas era bom recordar que desde logo o líder da bancada do PSD, Deputado Municipal Saldanha Serra, tivera o cuidado de realçar, na sua primeira intervenção, que a proposta que a Câmara Municipal apresentara à Assembleia era desadequada, era, no fundo, um conjunto de iniciativas muito vago e muito genérico, não apresentava nada de forma rigorosa e de forma detalhada sobre como procuraria abordar e resolver os problemas do saneamento financeiro da autarquia, e isso de



alguma maneira foi convalidado pela situação respeitante ao visto do Tribunal de Contas. -----

----- Era evidente que todos sabiam que a Câmara Municipal ia recorrer da decisão do Tribunal de Contas, era um direito que lhe assistia, mas o que era preciso transmitir era que o PSD sempre tivera uma proposta no sentido de abertura para procurar viabilizar e resolver os problemas com que a Câmara se defrontava. Todavia, não deixaram de, em tempo oportuno, manifestar as suas reservas, as suas dúvidas, e essas reservas e essas dúvidas de alguma maneira tiveram concretização na falta de visto pelo Tribunal de Contas. -----

----- Portanto, essa não era uma responsabilidade da Assembleia Municipal, e do PSD em particular. Certamente o Sr. Presidente da Câmara não estava à espera, ou estaria porventura, que o PSD fosse integralmente solidário nos momentos de fraqueza e de falhanço da Câmara Municipal em tudo o que tinha a ver com a respectiva gestão, e em contrapartida quando houvesse méritos, quando houvesse vitórias para a Câmara esses fossem reivindicados pela actual minoria majoritária dentro do Executivo municipal. -----

----- Não era nem poderia ser essa, obviamente, a postura do PSD! A solução para este problema, se vinha já da anterior maioria e tinha que ser apresentada pela Câmara, continuavam a dizer o mesmo: o encontro da solução para o problema da Câmara Municipal teria de ser dado pela própria Câmara, não tinha que ser resolvido pela Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal tinha que aprovar aquilo que lhe fosse presente para efeitos de aprovação, mas a Câmara Municipal ter-se-ia de sujeitar aos acordos e aos acertos que fossem necessários para que essa situação fosse devidamente clarificada. -----

----- Portanto, reiterava o ponto de vista do PSD no sentido de que estavam abertos e determinados a encontrar soluções para esse problema, mas também desejava transmitir claramente ao Sr. Presidente da Câmara que cada um dos órgãos tinha a sua esfera de competências e cada um deles deveria abarcar e assumir, na plenitude, as vitórias e as derrotas inerentes às soluções que propuseram. -----

----- Por conseguinte, seria bom que não confundissem as coisas, eram planos absolutamente distintos. A Assembleia Municipal encararia, deliberaria e procuraria, justamente como fizera no passado, não conceder álibis à Presidência da Câmara para que não prosseguisse os seus objectivos, mas não mais do que isso. Portanto, a solução teria de passar pelas propostas e pelas soluções que o Sr. Presidente da Câmara com certeza apresentaria em devido tempo. Isto se o Tribunal de Contas entretanto não revisse a postura que tivera nesta matéria. -----

----- Passando ao segundo ponto, disse que o Sr. Presidente da Câmara, numa entrevista ao Correio da Manhã, falara nas questões da sindicância ao urbanismo, e não deixava de ser curioso que tivesse dito que iria adoptar procedimentos com respeito aos últimos três anos. Realmente não deixava de estranhar que depois dessa sindicância o Sr. Presidente tivesse centrado a actuação da Câmara em relação aos últimos três anos, e por uma razão simples: é que não havia gestões boas ou más

consoante fossem do “nosso” partido ou do partido alheio. Não havia corrupção boa se fosse do “nosso” partido e corrupção má se fosse do partido da oposição. -----  
----- Isso significava, muito claramente, que as sindicâncias, que os actos de actuação disciplinar, que os actos de inquirição e de análise dos procedimentos da Câmara, tinham de ser suficientemente vastos, doesse a quem doesse, incidissem eles sobre os últimos anos de mandato do PSD ou incidissem sobre os anos da maioria PS/PCP. De facto, não havia situações que merecessem ser branqueadas como não havia situações que merecessem passar à margem, as actuações teriam de ser devidamente consistente e de um combate firme e determinado em relação ao qual, evidentemente, o PSD daria a sua boa nota. -----

----- Por fim, disse que o PSD estava ali com a postura que sempre esteve de abertura e de franqueza para resolver os problemas, mas no domínio do empréstimo como noutros domínios, queriam também que o Sr. Presidente da Câmara actuasse da mesma maneira para com o PSD e para com a Assembleia Municipal, tal qual estavam a actuar para com ele. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que ouvindo o Deputado Municipal Vasco Valdez ficavam claramente com a noção de que havia vários PSDs em Lisboa. Tinham o PSD da Câmara, que subscrevia e chegava a consenso com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, que rejeitava claramente o artigo 41º, que entendia que Câmara deveria recorrer para o Pleno Tribunal, e que se comprometia a elaborar melhorias ao Plano de Saneamento Financeiro no sentido da sua actualização para ver se ele passava. Depois tinham a ilustre figura do PSD, Dra. Manuela Ferreira Leite que dizia que o Tribunal de Contas exorbitara, e por fim tinham o PSD, na Assembleia Municipal, a referir que sempre disseram! -----

---- Mas sempre disseram o quê? Que era o artigo 41º? Não foi por isso que o empréstimo não foi aprovado! Que a dívida não era aquela mas que era menor? Não foi por isso que o empréstimo não foi aprovado. Aliás, o Tribunal de Contas até dizia que a dívida era maior. -----

----- Bom, o que era que então tinham ali!? Tinham apenas os Deputados Municipais a candidatarem-se porventura a juízes do Tribunal de Contas uns tempos mais tarde. Não fazia sentido essa posição do PSD. O PSD, que criara o problema, agora nuns locais queria ser parte da solução, noutros não queria ser parte dela e ameaçava mesmo dizendo “vamos lá ver o que vem aí porque se calhar isto pode correr de outra maneira”. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara foi eleito há pouco mais de seis meses, com dois objectivos precisos para o mandato intercalar, dos quais o primeiro era aquele que respeitava ao saneamento financeiro da Câmara. À monstruosa dívida de curto prazo a fornecedores, que herdara, correspondia, em simultâneo, uma situação praticamente diária de rotura financeira, a qual suscitava, periodicamente, notícias e comentários nos diversos órgãos de comunicação social, que referiam ou a paralisação de investimentos e obras municipais por falta de pagamento, ou até mesmo a paralisação de serviços internos, como aqueles casos ridículos em que

faltava papel para fotocópias, combustíveis e por aí adiante. Ou seja, a Câmara estava paralisada! -----

----- O segundo objectivo, tão essencial como o primeiro, visava a devolução da credibilidade pública do Município, irremediavelmente abalada pelas enormes trapalhadas urbanísticas. -----

----- Referiu que o PS, em Lisboa, não tinha dúvidas quanto à bondade e ao sucesso das medidas entretanto implementadas, que apontavam já para uma recuperação da imagem de credibilidade do Município e seus representantes, passo essencial para a prossecução dos objectivos definidos. Sanear a difícilíssima situação financeira do Município, tornara-se a prioridade das prioridades. -----

----- Saudavam a forma como o Sr. Presidente da Câmara gerira o processo, que levava à aprovação, em sede de Executivo, do pedido de empréstimo e Plano de Saneamento Financeiro, como igualmente saudavam o esforço desenvolvido pelo Sr. Presidente da Câmara e por todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal, para que também ali fossem viabilizados. -----

----- Portanto, o Sr. Presidente da Câmara até teria cumprido o primeiro propósito da sua candidatura, se não estivesse a Cidade de Lisboa agora confrontada com a decisão do Tribunal de Contas em inviabilizar o mesmo. Sem pôr em causa a legitimidade do órgão Tribunal de Contas, naturalmente tinham direito a fazer um juízo de valor político, como, aliás, outras personalidades de outros quadrantes políticos o têm feito – acabara há pouco de citar uma – sobre a decisão em concreto, e para além da mesma custar ao Município de Lisboa cerca de 1,8 milhões de euros mensais em juros de dívida, não podiam deixar de concordar com o Sr. Presidente da Câmara que, pelos vistos, era muito mais fácil contrair-se dívida do que pagá-la. -----

----- Todos se recordavam, por exemplo, como foi com grande beneplácito que foi prometida a transformação e desorçamentação do caderno de encargos do concurso público internacional para a construção do Túnel do Marquês, que para poder ser adjudicado directamente por mais 24,99% do preço estabelecido foi desorçamentado para outras situações. Se tivesse havido o mesmo rigor, porventura a cidade não estaria agora confrontada com uma situação tão dramática. -----

----- Porém, estavam ali para trabalhar no sentido de se ultrapassarem as dificuldades. Aplaudiam e concordavam com a decisão unânime da Vereação em recusar o recurso ao artigo 41º, que representaria a governamentalização do Município de Lisboa, aliás caminho que o Sr. Presidente da Câmara sempre rejeitara e que pelos vistos tinha razão, uma vez que o Tribunal de Contas não o impusera, reconhecendo a validade da utilização do artigo 40º. -----

----- Por outro lado, também subscreviam a proposta unânime do Executivo em recorrer-se da decisão para o Pleno Tribunal de Contas, assim como a aceitação da proposta do Sr. Presidente da Câmara em se começar de imediato a preparar, com o contributo de todas as forças políticas, uma actualização da proposta do Plano de Saneamento Financeiro, que procurasse atender a algumas das observações concretas que haviam motivado a rejeição. -----

----- Mas, tal como o Sr. Presidente da Câmara tem referido, Lisboa não podia parar, e já não estava parada. Esse contratempo, embora muito perigoso para a cidade, não faria desistir quem tinha sido eleito com o espírito de missão a que o Sr. Presidente da Câmara se propusera, e desde já saudavam os sinais positivos que se vinham registando de uma maior eficiência financeira e económica da Câmara Municipal de Lisboa, de que era paradigma o facto de ter saído da lista dos Municípios em excesso de endividamento. -----

----- Continuando, disse que foi também muito positivo o esforço efectuado para se pagarem 8,8 milhões de euros em dívida, o que permitira desbloquear empreitadas paralisadas que envergonhavam a cidade e que possibilitara a devolução à cidade e aos lisboetas, por exemplo do Jardim de São Pedro de Alcântara. -----

----- E também, pela primeira vez há muitos anos, foi apresentado e aprovado o Orçamento para 2008, e respectivo Plano de Actividades, de verdade e rigor, em que as despesas não excediam as receitas. -----

----- Disse, depois, que clarificar as confusões e trapalhadas urbanísticas, foi o segundo objectivo perante o qual o Sr. Presidente da Câmara se comprometera. -----

----- Saudavam, em primeiro lugar, o modo célere como a Câmara conseguira obter do Governo aquilo que todos os antecessores do Sr. Presidente reclamaram mas nunca obtiveram: a jurisdição sobre a zona ribeirinha. -----

----- Referiu que quanto às variadas e incríveis trapalhadas urbanísticas pelo Sr. Presidente da Câmara herdadas, desejavam salientar o modo sereno, mas firme, como com elas vinha lidando, entregando às autoridades aquilo que devia ser investigado, e decidindo, politicamente, aquilo que competia ao Município. -----

----- Disse, ainda, que Lisboa, a capital do País, já foi uma das cidades mais bem tratadas e acarinhadas da Europa. Com Jorge Sampaio e João Soares foi possível recuperar décadas de atraso estrutural, infelizmente desbaratados nos últimos anos. O Sr. Presidente da Câmara já demonstrara que tinha uma visão para a cidade e um projecto de desenvolvimento, e estavam cientes que ele não se podia esgotar em apenas dois anos de mandado intercalar. -----

----- Começavam a perceber agora, aliás, que aquilo que poderia preocupar alguns sectores mais responsáveis da oposição era a possibilidade de, resolvidos os problemas financeiros que estrangulavam a autarquia, se poder iniciar um novo ciclo para Lisboa que a repusesse no lugar de onde nunca deveria ter saído, o de ser uma das cidades mais competitivas da Europa em certos domínios fundamentais, uma das cidades de maior procura turística da Europa, indutora de um turismo de qualidade, uma cidade amigável, cosmopolita e dinâmica, aquilo que Lisboa merecia ser. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, disse que gostaria de tentar intervir com alguma profundidade sobre a generalidade da informação que o Sr. Presidente da Câmara entendera trazer à Assembleia, informação para a qual avocara o estatuto de balanço dos primeiros seis meses de actividade do Executivo. -----

----- Efectivamente, desejava dispor de tempo suficiente para o fazer, mas a actual situação obrigava-os a deter-se, prioritariamente, sobre um assunto que, afinal, dela não constava, nem poderia constar. -----

----- Tratava-se da recusa de visto, pelo Tribunal de Contas, ao pedido de empréstimo para pagamento do conhecido montante de dívidas de curto prazo, da Câmara aos seus fornecedores. O Sr. Presidente da Câmara por certo concordaria que essa era a questão que agora importava discutir e tentar ultrapassar, como também sabia, e já mesmo pudera constatar através da discussão da proposta 86/2008, que a posição do PCP se mantinha, coerentemente, na mesma direcção. -----

----- Portanto, mantinham o acordo quanto à prioridade a dar aos procedimentos que permitissem o pagamento da dívida de curto prazo aos fornecedores, continuavam a concordar e a exigir um redobrado esforço de rigor na gestão da despesa corrente, na certeza de que esse esforço não seria impeditivo do normal funcionamento da Câmara e não colocavam qualquer entrave ao desenvolvimento das diligências necessárias à interposição de recurso ao Acórdão do Tribunal de Contas. -----

----- Contudo, e ao mesmo tempo, mantinham as mais sérias preocupações quanto ao caminho já anteriormente traçado no Plano de Saneamento Financeiro, preocupações acrescidas face a um eventual aprofundamento desse mesmo caminho. -----

----- É que, para o PCP, fosse ao nível do Estado, fosse ao nível de uma autarquia, os problemas financeiros, que eram de indiscutível importância e exigiam empenho na mobilização dos meios necessários à sua progressiva ultrapassagem, não podiam nem deviam, contudo, constituir-se como um meio para destruir conquistas e direitos que davam forma a um modelo de sociedade, construído pela vontade da maioria, e que alguns, agora, pretendiam ver subvertido. -----

----- Era nesse sentido que não podiam concordar com os aumentos previstos para os impostos e para as taxas municipais, que iriam sobrecarregar os orçamentos das famílias de Lisboa, sobretudo as mais carenciadas. -----

----- Disse que não acreditavam que a forma sustentável de resolver os actuais problemas da Câmara passasse pela progressiva precarização do trabalho no seu interior. Não acreditavam que essa solução passasse pelo despedimento de trabalhadores, cuja acção se mostrava necessária ao entrosamento do trabalho colectivo, nem por cortes cegos em despesas com o trabalho extraordinário justificado. -----

----- E aí parecia importante que, de uma vez por todas, o Sr. Presidente da Câmara informasse a Assembleia do verdadeiro andamento da integração dos trabalhadores avençados e a recibo verde nesse novo Quadro Privativo de Pessoal da Câmara, que o PSD criara e o PS aplaudira. -----

----- Ou dito de outra forma: -----

----- Quantos trabalhadores ia o Executivo despedir em 2008 – já havia indicações quanto a isso no referido Plano de Saneamento Financeiro – e quantos pretendia deslocar para o “inovador” Quadro de Mobilidade? -----

----- Também não acreditavam que o caminho futuro devesse passar pela diminuição drástica dos apoios às Juntas de Freguesia e ao movimento associativo da cidade, que

devia ser entendido como alternativa ao programa do Executivo e não como seu integrante, e pelo reforço da criação de parcerias público/privadas, que na maioria das vezes se constituíam como pretexto para o encerramento de serviços e como motivo de acréscimo de custos. -----

----- Continuando, disse que certamente o Sr. Presidente da Câmara sabia que os trabalhadores das oficinas dos Olivais se encontravam hoje em greve durante duas horas. E sabia também qual a razão dessa greve. Esses trabalhadores não queriam mais salário, não queriam mais regalias, esses trabalhadores apenas reivindicavam um direito que era seu: o direito ao trabalho. -----

----- O que os trabalhadores das oficinas dos Olivais pretendiam era tão-somente disporem dos meios necessários ao desenvolvimento do seu trabalho e a não serem obrigados a ver a frota municipal a ser reparada em oficinas particulares, enquanto eles nada tinham para fazer. -----

----- Como inicialmente referira, mais haveria para dizer, no entanto os seus camaradas muito mais teriam para dizer também e o tempo disponível não lhe permitia ir mais longe. Contudo, não desejava terminar sem antes colocar uma última questão ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Disse, então, que tem notado que o Sr. Presidente da Câmara enfatizava o facto de em nada ter, pessoalmente, contribuído para o caos financeiro a que a Câmara chegara. E isso era verdade, todos o sabiam, descontando os milhões de euros que a Lei de Finanças Locais, da sua autoria, viera retirar à Câmara Municipal de Lisboa. No entanto, de facto, directamente a responsabilidade não era sua. Mas permitia-se ali recordar que esse caos, criado pela gestão do PSD, nunca poderia ter ocorrido se não fosse o firme apoio que o seu partido, o PS, a ele deu, na Câmara, na Assembleia Municipal e nas empresas municipais. -----

----- **O Deputado Municipal José Guilherme Gusmão (BE)**, no uso da palavra, disse que a recusa, por parte do Tribunal de Contas, do visto para o empréstimo de 360 milhões de euros mais a disponibilidade extra para dívidas em litígio, era uma decisão preocupante para a cidade, e uma decisão difícil de compreender mesmo à luz dos próprios critérios que o Tribunal de Contas entendera utilizar para julgar. Era difícil compreender em que medida é que um empréstimo, que se destinava exclusivamente a transformar a dívida a fornecedores em dívida bancária, com juros significativamente mais baixos, poderia contribuir para o aumento do endividamento líquido do Município. -----

----- Mas, sobretudo, era difícil compreender de que forma pensava o PSD que essa decisão do Tribunal de Contas lhe viera dar razão nos debates que ali tiveram, pois nenhum dos argumentos que o PSD então invocara era secundado pelo Tribunal de Contas. Sobre esses argumentos o Tribunal de Contas ou não dizia nada ou dizia rigorosamente o contrário, como acontecia em relação ao montante do empréstimo e também em relação à utilização do artigo 41º. Aliás, o parecer do Tribunal de Contas falava menos sobre a questão do empréstimo e mais sobre o Plano de Saneamento Financeiro, entrando aí no âmbito das escolhas políticas que à Câmara e à Assembleia Municipal caberiam tomar. -----

----- Portanto, entendia o BE que da parte do Tribunal de Contas houve um exorbitar de competências. E isto não tinha nada a ver com falta de respeito pelas decisões que o Tribunal de Contas tomava no exercício das competências que lhe estavam delegadas, mas, pelo contrário, de um respeito que também era devido pelas competências da Assembleia e da Câmara Municipal, que foram eleitos pelos lisboetas e eram os órgãos a quem cabia tomar as escolhas políticas que constavam do Plano de Saneamento Financeiro. E essa era uma questão que também ali, hoje, deveria ser afirmada, porque os órgãos democraticamente eleitos que não se davam ao respeito, não respeitavam a democracia e não respeitavam aqueles que os elegeram. ---

----- Quanto às escolhas da Assembleia e do Executivo, disse que o empréstimo visava lidar com um problema que foi criado pelo PSD. Aliás, foi com algum agrado que viram hoje o PSD dizer que não se deveria falar apenas do futuro, mas que se deveria falar também do passado. Referia-se o PSD aos seis meses de exercício do actual Executivo, mas não se referia aos seis anos de exercício dos seus próprios Executivos, que aumentaram em 875% a dívida a fornecedores – eram dados de Dezembro de 2001 a Maio de 2007 – e que eram o motivo pelo qual estavam a debater agora este assunto. De facto, convinha que sempre que debatiam esta matéria o PSD tivesse esta mesma preocupação de assumir as suas responsabilidades, porque era isso que se exigia a um partido da sua dimensão. -----

----- Disse, ainda, que a decisão do Tribunal de Contas era uma decisão de enorme gravidade, não apenas pelos encargos que a não conversão da dívida a fornecedores em dívida à banca acarretava, e que já foram referidos. Durante o decurso desta Assembleia Municipal ter-se-iam acumulado mais algumas dezenas de milhar de euros em juros de mora, que poderiam estar a ser cobrados a valores bem inferiores e inclusive a dívida já estar resolvida. -----

----- Por outro lado, a decisão do Tribunal de Contas era também incompreensível porque ignorava alguns números que foram já avançados e eram dados concretos do Plano de Saneamento Financeiro, como, por exemplo, uma coisa tão pequena e tão modesta como o corte de um terço na despesa em relação a 2007, ao mesmo tempo que pedia um plano de investimento a doze anos, que, naturalmente, era difícil de elaborar sem ter a situação financeira da Câmara resolvida, e ainda documentos que na Câmara Municipal de Lisboa, nem noutra Câmara qualquer, costumavam ser elaborados. -----

----- Referiu que era compromisso do BE tudo fazer para que não fosse necessário recorrer ao artigo 41º da actual Lei das Finanças Locais. Parecia que a esse respeito havia consenso entre todas as forças políticas, mas isso não deixava de dizer alguma coisa sobre a Lei das Finanças Locais em vigor actualmente, uma Lei em relação à qual todas as forças políticas do Município da capital convergiam ao considerar que trazia consequências muito negativas para os munícipes ao nível das taxas, ao nível da política de investimentos, etc. -----

----- No entender do BE era preciso pensar na Lei das Finanças Locais também ao nível das arbitrariedades e da prepotência que permitia que se abatesse sobre as

autarquias, quando estavam precisamente a tentar resolver os problemas que as atingiam. -----

----- Aludindo à revisão do PDM, disse que era um processo que se vinha arrastando e parecia não ter fim à vista. O processo deveria ter sido concluído no ano de 2004, mas estavam no ano de 2008 e parecia que ele ainda não estava sequer a meio. O BE entendia que era responsabilidade da Câmara Municipal definir alguns prazos, visto que aqueles que estavam previamente definidos não estavam em condições de ser cumpridos. -----

----- Este era um processo que tinha uma importância estratégica para o futuro da cidade, porque uma cidade que não tinha uma política estratégica definida para muitos anos, estaria sempre, como Lisboa tem estado, ao sabor dos vários interesses que se movimentavam e que, esses sim, tinham estratégias muito claras para o que deveria ser o desenvolvimento da cidade. -----

----- Independentemente dos diagnósticos que entretanto se pudessem continuar a fazer, o BE pensava que era importante definir desde já algumas prioridades para aquilo que deveriam ser as políticas estruturantes para a capital. Nomeadamente ao nível da aposta na reabilitação; ao nível da consagração da quota de 25% para a habitação a custos controlados; ao nível de algumas soluções urgentes do ponto de vista da rede de transportes, sobretudo no tocante à proposta que vinham apresentando nas duas últimas campanhas eleitorais, relativamente à rede de eléctricos rápidos; a consagração da estrutura ecológica municipal e de Plano Verde; e também a definição de algumas prioridades e alguns elementos de orientação para reabilitação e reconversão da frente ribeirinha, que agora foi devolvida à cidade. -----

----- Terminou dizendo que esta questão do PDM era urgente e em sede de Assembleia Municipal deveriam discutir as prioridades para a cidade, para que essas prioridades não fossem definidas pelos especuladores. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que, segundo a Ordem de Trabalhos desta Sessão, este ponto seria para discutir a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e a actividade da Câmara nos últimos três meses. Mas a única coisa que o PS e o Sr. Presidente da Câmara tentaram que se discutisse neste ponto foi a questão do empréstimo. Obviamente não escamoteavam a questão da importância do empréstimo, mas isso não se resumia à actividade da Câmara. -----

----- No entanto, também compreendiam que na ausência de actividade que pudesse ser apresentada à Assembleia, se escondessem os três meses através e atrás de um empréstimo, que não se sabia quando vinha, como vinha e como iria ser solucionado o problema criado. -----

----- E quanto a isso o CDS-PP deseja dizer que o PS e o actual Executivo não podiam aparecer em público e não podiam aparecer na Assembleia como não tendo qualquer responsabilidade na actuação financeira da autarquia, pois não se podiam esquecer que o problema financeiro da Câmara se iniciara nos governos do PS e do PCP. Era isso que agora tinha que ser ali dito, com clareza, e que o PS tinha que ouvir. -----



----- Por outro lado, também não podiam esquecer que o CDS-PP referira, aquando da discussão do empréstimo, que além da importância do próprio empréstimo era fundamental uma reestruturação dos serviços, era importante que a Câmara encetasse caminho com vista a essa reestruturação, reestruturação que, aliás, não seria somente dos serviços camarários mas também das empresas municipais. Mas, até hoje, o Sr. Presidente da Câmara mais nada soubera trazer à Assembleia sob medidas concretas, sob medidas que pudessem levar a bom porto esse objectivo. -----

----- Depois referira-se também o custo que o Túnel do Marquês, segundo o Deputado Municipal Miguel Coelho, tinha na actual situação da Câmara Municipal de Lisboa, mas se falavam no Túnel do Marquês se calhar também teriam que falar no prejuízo que o actual Vereador Sá Fernandes causara à Câmara Municipal de Lisboa com a questão do Túnel do Marquês. -----

----- Mas era também fundamental referir que o actual Executivo não iniciara funções após um estado revolucionário, pelo que não podia passar meses atrás de meses a dizer publicamente que estava a arrumar a casa e a pôr a Câmara em ordem, porque quando concorrera às eleições sabia bem a situação da Câmara, sabia bem o estado da cidade, e a sua obrigação era, a partir do primeiro dia, executar as obras que os lisboetas esperavam, cumprir o programa eleitoral a que se comprometera, e não mês após mês adiar soluções, adiar problemas com base na situação financeira da Câmara. -

----- Disse que gostariam que na informação escrita, no discurso do Sr. Presidente da Câmara e também do líder da bancada do PS, se tivessem ouvido medidas concretas, resolução dos pequenos/grandes problemas da cidade que, seis meses depois, se tinham agravado. -----

----- Começando pela questão dos espaços verdes, disse que o Sr. Presidente da Câmara referia na informação escrita que foi criado um plano de emergência para a manutenção dos espaços verdes de Lisboa, mas era um facto que não conheciam esse plano e os lisboetas também o não conheciam. E não o conheciam pelo simples facto de nenhum espaço verde da cidade ter sido totalmente recuperado, além do tão falado Jardim de São Pedro de Alcântara, que parecia que nem sequer fora executado pela actual Câmara Municipal, mas sim pela Comissão Administrativa. -----

----- Aliás, bastava ir à informação do Departamento de Espaços Verdes para ver qual foi a actividade ao nível da recuperação de espaços verdes: foi zero. Não era o CDS-PP que o dizia, era o Departamento de Espaços Verdes que referia na informação escrita que nenhum espaço verde foi recuperado na Cidade de Lisboa, no período a que a informação dizia respeito. -----

----- Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara e a Câmara tentavam viver de iniciativas mediáticas. Por exemplo, a nível do trânsito, tentavam viver da iniciativa “tolerância zero”, iniciativa essa que foi muito divulgada na comunicação social, mas que se calhar valera um ou dois dias quando teve a cobertura da comunicação social, quando o que os lisboetas esperavam era que a Câmara Municipal de Lisboa todos os dias criasse condições para se poder estacionar e circular com segurança na cidade. ---

----- Disse que para o CDS-PP não era um resultado positivo chegar ao final do primeiro trimestre de actividade da principal Câmara do País, e na área do trânsito

apresentar-se como medidas e como resultados o número de autos de contra-ordenação levantados. O que interessava para a Câmara de Lisboa e o que interessava para os lisboetas era a resolução dos seus problemas, pelo que perguntava ao Sr. Presidente da Câmara quantos lugares de estacionamento e quantos parques de estacionamento criara a maioria PS/BE, no período a que dizia respeito a informação escrita. -----

----- Continuando, disse que o partido do Sr. Presidente da Câmara sempre defendera, pelo menos em teoria, a descentralização, a transferência de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia, mas olhando para a informação escrita não se via uma única referência a qualquer transferência de competências para as Juntas de Freguesia. E das duas uma: ou efectivamente elas não existiram da forma mais correcta, como já mais que uma vez ali ouviram, ou então a sua insuficiência era tão grande que o Sr. Presidente da Câmara entendera por bem nem sequer fazer referência a isso na informação escrita. -----

----- Referiu que o Sr. Presidente da Câmara definira três patamares de actuação: “arrumar a casa”, “pôr a Câmara a funcionar” e “olhar para o futuro”. -----

----- Quanto ao arrumar a casa, disse que já ouviam isso desde que o Sr. Presidente da Câmara foi eleito, mas o que gostavam era ver medidas concretas desse arrumar a casa e que de uma vez por todas o Sr. Presidente pudesse chegar à Assembleia e dizer que tinha a casa arrumada, para que não chegasse ao final do mandato com a justificação de que ainda estava a arrumar a casa e por isso não tinha conseguido fazer mais nada. -----

----- Relativamente a pôr a Câmara a funcionar, disse que a Câmara sempre funcionara, a Câmara não começara a funcionar desde que o PS chegara ao poder. O que era preciso é que a maioria PS/BE que actualmente governava a Câmara, pudesse executar as obras a que se comprometera e que mês após mês não estava a realizar. ---

----- Referiu que não podiam ter medo de uma coisa que não estava a existir. Foi ali dito que os partidos da oposição estavam com medo daquilo que o PS estava a fazer, pelo que cabia perguntar medo de quê? O que era que tinha sido feito? Aliás, a prova disso era que numa informação escrita onde a Câmara tinha 30 minutos para falar do que fizera em três meses, apenas falara do empréstimo e do futuro. O futuro estava no Plano de Actividades, dizia a Câmara, mas que Plano de Actividades? Quais eram as medidas concretas que estavam no Plano de Actividades? Ler esse Plano de Actividades era o mesmo que ler o quê do futuro? Absolutamente nada! -----

----- E depois, vinham ainda com outra bandeira que era o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Estado, referente à frente ribeirinha, mas gostava que o Sr. Presidente da Câmara e a Vereação explicassem aos lisboetas quais eram as medidas concretas que esse protocolo iria trazer à cidade, porque, primeiro, o protocolo não se devia à Câmara Municipal de Lisboa mas sim a uma iniciativa do Governo, e devia-se, acima de tudo, a uma questão legislativa que ainda teria que ser adoptada pelo Governo. E, segundo, o protocolo em si era um projecto de intenções já que dele não resultava uma única medida concreta para frente ribeirinha. -----

----- Por isso, a pergunta que fazia ao Sr. Presidente da Câmara era o que desde já podia garantir aos cidadãos de Lisboa que iria modificar na frente ribeirinha. -----

----- **A Deputada Municipal Sílvia Sepúlveda (PEV)**, no uso da palavra, disse que ao apreciarem a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara depararam-se várias vezes com o lema “arrumar a casa, pôr a Câmara a funcionar e preparar o futuro”, e sobre isso não era demais lembrar que esse lema tem servido para justificar as mais variadas medidas em relação às quais “Os Verdes” já manifestaram o seu desagrado. -

----- Sobre o Plano de Saneamento Financeiro, apresentado como o cartão de visita do Executivo, disse que convinha referir que algumas dessas medidas lesavam os funcionários da autarquia. Era o caso de, nas reuniões com os Directores Municipais, o Executivo ter dado orientações para uma redução da despesa, que conduzira, como sabiam, ao envio aos funcionários de cartas a dispensar os seus serviços. Era por isso urgente um plano alternativo que possibilitasse uma boa gestão, mas não a qualquer custo. Não a troco de despedimentos, da extinção de serviços imprescindíveis, ou inclusive do encerramento de alguns quartéis de bombeiros à noite e fins-de-semana. -

----- Havia muito mais por onde cortar nas despesas: por exemplo, no excesso de veículos ao serviço da autarquia, nas isenções de taxas e atribuições de subsídios a entidades privadas, as quais continuavam a ser privilegiadas dessa forma, em detrimento das diversas associações e colectividades espalhadas pela Cidade de Lisboa, que tinham um papel preponderante no desenvolvimento da mesma e cujos apoios atribuídos pelo Município eram cada vez mais reduzidos. -----

----- Disse que gostariam de alertar a Câmara que foi aprovada na Assembleia Municipal, na passada terça-feira, uma Recomendação sobre a Escola de Música do Conservatório Nacional, que entre outras questões recordava à Câmara a renovação do Protocolo de Cooperação entre o Conservatório e a Câmara Municipal de Lisboa, que caducara no passado mês de Janeiro. Para bem do ensino artístico em Lisboa, bem como para uma melhor divulgação dos programas culturais na capital, faziam votos de que esse Protocolo fosse renovado quanto antes. -----

----- Sobre o facto de o Boletim Municipal passar a ser publicado por via electrónica, disse que se congratulavam com essa medida, pois a publicação excessiva de variados documentos em suporte de papel era uma causa para a qual há muito vinham alertando, e daí terem já apresentado uma Recomendação sobre o referido tema. -----

----- Porém, nada era dito sobre o acompanhamento dos projectos de intervenção no âmbito do PUAL nos espaços públicos do Alto do Lumiar, nem sobre a urgentíssima reabilitação do parque habitacional do Bairro da Cruz Vermelha e da já famosa Rua Pedro de Queirós Pereira. -----

----- Noutro ponto o Sr. Presidente referia a recuperação de passadeiras, mas convinha referir que essa recuperação passara somente pela sua repintura. Daí que “Os Verdes”, na sessão da Assembleia Municipal de 20 de Novembro, tivessem apresentado uma Recomendação sobre segurança pedonal em que se recomendava, tendo em vista a efectiva segurança dos peões, que a Câmara implementasse medidas eficazes de acalmia de trânsito e redução de velocidade que incluísse o estreitamento de vias, o alargamento dos passeios, passadeiras elevadas à altura do lancil, iluminação de

zebras com reflectores, introdução de rotundas em vias de circulação rápida com atravessamento pedonal, sensores de velocidade nos semáforos e redução dos limites de circulação nas vias interiores dos bairros. Mas era lamentável que essas medidas não tivessem ainda sido implementadas na sua totalidade. -----

----- Quanto à saída de vários hospitais do centro da cidade, disse que “Os Verdes” verificavam que a Câmara devia ter tido uma atitude mais reivindicativa em prol dos interesses e necessidades dos munícipes, uma vez que deixariam de ter várias unidades hospitalares em locais centrais, onde eram mais necessárias, e deixavam igualmente de ter um hospital pediátrico na capital, o de D. Estefânia. -----

----- Disse que na página 61 era referida uma receita de 90.330,43 euros que a Divisão de Jardins obtivera da venda de espécies arbóreas oriundas dos seus próprios viveiros, o que queria dizer que os viveiros estariam a ser destinados para a venda de espécies e não para repor ou substituir as que foram abatidas ou que se encontravam em mau estado na cidade. Esse facto contrariava o que o Sr. Vereador afirmara na audição pública aos munícipes do dia 6 de Fevereiro, de que os viveiros nos próximos três a quatro anos não teriam árvores para substituição na cidade, constatando-se, desse modo, mais uma óbvia contradição com o relatório da Divisão de Jardins. -----

----- Estava também referido na página 107, que foi concluído o projecto de iluminação exterior do Canil-Gatil, pelo que perguntavam para quando a conclusão das obras de ampliação do mesmo, as quais se previam estarem concluídas em Março de 2007, e cuja situação resultara igualmente numa Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal “Os Verdes”. -----

----- Na página 92 era referido o serviço de bibliotecas itinerantes da Câmara Municipal de Lisboa, mas nada se esclarecia sobre se esse serviço já teria efectivamente sido restabelecido, uma vez que no sítio *web* das Bibliotecas Municipais de Lisboa, continuava noticiada a sua suspensão devido a reestruturações, mais concretamente, à avaria de uma das carrinhas de leitura móvel. -----

----- Por fim, disse que o Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” recordava a Câmara Municipal de Lisboa que já apresentara uma Recomendação sobre energias renováveis e eficiência energética, em que se recomendava à Câmara que promovesse a certificação energética, tanto em edifícios camarários como em processos de licenciamento e de reabilitação urbana, pelo que gostariam de ser esclarecidos se, sendo a autarquia lisboeta detentora de inúmeros edifícios e equipamentos de utilização colectiva passíveis de utilizar fontes de energia renováveis, como por exemplo o aquecimento da água das piscinas municipais, a Câmara iria contemplar no seu Plano de Investimentos o Programa Municipal para as Alterações Climáticas, bem como o Programa Municipal de Eficiência Energética. ----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que hoje era um dia importante porque estavam a debater aquilo que era a actividade trimestral da Câmara Municipal, e dentro dessa ressaltava, como foi já referido por vários oradores que o antecederam, o problema do empréstimo que a Câmara necessitava para fazer jus aos seus encargos. -----

----- Portanto, este era o momento, de acordo com aquilo que se tinha vindo a passar, quer na Câmara, quer na Assembleia, para haver alguma pacificação entre todos, haver algum entendimento na medida em que todos estavam preocupados e todos tinham conhecimento e consciência de que a situação que ocorria neste momento, naturalmente agravada nos últimos anos, não deixava de ter também reflexos num passado mais distante. -----

----- Mas o que verificavam era que alguém, que deveria ser o principal promotor dessa pacificação, chegava ali e, para fazer serviço, incendiava a Assembleia. De facto, o Sr. Presidente da Câmara com amigos desses não precisava de inimigos. O que era fundamental era que a Câmara reconhecesse que essa situação ocorria há muitos anos, que reconhecesse a necessidade de lhe pôr cobro, e que todos encontrassem soluções que pudessem vir a resolver o problema. -----

----- Era evidente que o principal responsável por encontrar essa solução era o Executivo, era a maioria PS/BE pois eram eles que tinham as rédeas do poder. E neste caso concreto, era bom que se dissesse, perante aquilo que foi o saneamento financeiro, essa competência não fora sobejamente demonstrada. Evidentemente o Tribunal de Contas exagerara em relação ao julgamento do Plano de Saneamento Financeiro, davam isso de barato, mas ali também reconheceram todos, apesar de o terem viabilizado, que ele não estava competentemente feito, que tinha lacunas importantes, que era defeituoso. Mas entretanto, para não inviabilizar a situação, deixaram que ele passasse. -----

----- Também sabiam que se o Tribunal de Contas chumbara o Plano de Saneamento Financeiro o chumbara ao abrigo da lei, não foi ao abrigo que qualquer coisa que o PSD tivesse mandado dizer. Aliás, quem fizera essa lei não foi nenhum Deputado do PSD, do BE ou do CDS-PP, mas sim o Sr. Dr. António Costa que era o responsável pela Lei das Finanças Locais, e foi justamente na base dessa lei que o Tribunal de Contas veio a chumbar o Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- Mas tinham que resolver o problema porque era urgente que aqueles que eram fornecedores da Câmara, nomeadamente os pequenos e médios fornecedores, tivessem a sua situação regularizada o mais depressa possível. Por isso, era preciso encontrar soluções, era preciso encontrar caminhos. Reconheciam que o PS e o BE eram impotentes para encontrar soluções, eram impotentes para encontrar esses caminhos, e estavam a recorrer ao PCP e ao PSD para os ajudarem, e o PCP e o PSD, como se vira na última sessão da Câmara Municipal, até aceitaram essa incumbência que não lhes competia, já que eram o PS e o BE que deveriam encontrar o caminho para a resolução do problema na medida em que eram eles que tinham o poder. Não se ia pedir ao PSD que fosse resolver os problemas do Governo, e aqui era uma solução semelhante. -----

----- O PSD queria ajudar a resolver o problema, queria contribuir para a sua resolução, mas não queria ser acusado de ser o único responsável pela existência. Isso era fundamental, e, aliás, tem sido de alguma forma reconhecido pelo próprio Presidente da Câmara. -----

----- No entanto, ouviram a intervenção demagógica, arrivista, que o Deputado Municipal Miguel Coelho ali fizera, o que demonstrava, mais uma vez, que o papel dele não era propriamente construtivo, mas um papel de destruir, um papel de embaraçar, um papel de acusar, falando de algumas situações que eram completamente falsas. Era óbvio que não referira que a alteração da situação de endividamento da Câmara Municipal se devia a que o Estado, num gesto de generosidade que nunca fizera antes, porque antes a Lei das Finanças Locais retirara à Câmara Municipal de Lisboa milhões e milhões de euros, vinha agora, com uma solenidade enorme, entregar à Câmara os onze milhões de euros da venda do terreno para o Hospital de Todos os Santos, para que a Câmara pudesse com esse dinheiro resolver parte dos seus problemas. Achava muito bem que assim fosse, só que era uma situação que no passado nunca existia. -----

----- Portanto, tinham que ser correctos, tinham que ser sinceros, mas o Deputado Municipal Miguel Coelho dera ali um mau exemplo de como se devia exercer um mandato. -----

----- Disse que o PSD compreendia que a Câmara tinha um problema grave na questão das finanças, mas tinha também um problema grave na questão do urbanismo e recordava que a sindicância foi mandada instaurar pelo PSD. Mas a sindicância revelava problemas estruturais que não eram conjunturais de seis anos, eram estruturais de muitos anos. Aliás, a sindicância revelava a quem a lera, e esperava que o Deputado Municipal Miguel Coelho a tivesse lido, que foi a introdução do GESTUR que dera alguma transparência, melhorara a eficácia dos serviços de urbanização e lhe dera formas mais correctas e mais atempadas de actuar. E essa introdução foi feita pelo PSD! Era preciso também reconhecer isso. -----

----- Disse que os males dos serviços de urbanismo de Câmara vinham de há muitos anos, eram mesmo problemas estruturais que era preciso colmatar e achavam bem que se fizesse um esforço no sentido de os resolver. Estavam de acordo! Agora, que não viessem pôr toda a culpa para cima do PSD. -----

----- Referiu que ninguém na Assembleia era menos interessado na resolução dos problemas da cidade de Lisboa que o Deputado Municipal Miguel Coelho. Só que no PSD não estavam ali a fazer número para que os seus os apoiassem, estavam a fazer aquilo que era a sua obrigação, e aquilo que o Deputado Municipal Miguel Coelho ali fazia era alguns números de exibição para ser aplaudido, não sabia por quem. Mas não era um bom serviço que prestava à Câmara, podiam ter todos a certeza disso. -----

----- Disse que uma das questões referidas pelo Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, no passado domingo, foi que o artigo 128º da Lei do Orçamento permitia que se pudessem fazer alguns empréstimos, sob algumas formulas e dentro de alguns parâmetros, que poderiam atingir, neste caso, perto dos cem milhões de euros, o que, a seu ver, se tal fosse possível poderia ser também um caminho que o Sr. Vereador Cardoso da Silva poderia seguir no sentido de aí poder encontrar uma parte da solução. É que poderia acontecer que o parecer que o Tribunal de Contas dera pudesse ser mantido no plenário, e não querendo ninguém que fosse posto em andamento o artigo 41º da Lei das Finanças Locais, era evidente que também tinham que

reconhecer que de alguma forma o problema era estrutural. Não queriam que isso fosse utilizado, mas um problema era estrutural e era estrutural não no sentido daquilo que se entendia como uma dívida estrutural de uma empresa, porque, de facto, a Câmara tinha capacidade e tinha património que ultrapassava em muito a sua dívida a terceiros, não estava em situação de falência técnica. -----

----- Mas a lei de que o próprio Presidente da Câmara foi responsável é que dizia que uma Câmara estava em situação de défice estrutural se tivesse uma dívida superior a 50% da receita do ano anterior. Não foi o PSD que disse, nem isso era a regra normal nas empresas, mas era isso que estava escrito. Portanto, foi na base dessa situação e desse artigo que foi criado, que alguns juízes do Tribunal de Contas assumiram que a dívida era estrutural. Mas o PSD não queria que fosse, o PSD queria encontrar soluções, com todos, no sentido de que o Plano de Saneamento Financeiro fosse viabilizado para o restabelecimento da economia da cidade. -----

----- Contudo, tinham que reconhecer que para a Câmara este era o único problema. É que, como já ali foi referido pelo Deputado Municipal do CDS-PP e pelo seu colega de bancada, pouco ou nada mais se via. Aliás, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara era sintomática, a cidade estava completamente parada. A única preocupação do Sr. Presidente da Câmara e do Executivo municipal era resolver o problema do empréstimo, que pelos vistos nem tinham capacidade para isso porque estavam a pedir auxílio a toda a gente. O PSD ia auxiliar, mas pelo amor de Deus que fizessem também alguma coisa porque a cidade não podia estar parada, não se podiam repintar três ou quatro passadeiras para se dizer que estavam a trabalhar, não se podia dizer que houve uma sindicância, que nem sequer foi mandada efectuar pelo actual Executivo, para se dizer que estavam a trabalhar. -----

----- Por exemplo, estavam quase no mês de Março e perguntava onde estavam os protocolos com as Juntas de Freguesia! Quantos foram assinados? Quando era que se resolvia esse problema? Ou seria que a cidade era só a Câmara e não as freguesias! As 53 freguesias não contavam para o somatório da cidade? Quando era que isso se resolvia? -----

----- Por fim, disse que achara despropositada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara em relação ao facto do jornal Público ter levantado o problema dos mamarrachos de que o Senhor Primeiro-Ministro dizia ter sido autor. Não ficava bem, alias até lia uma passagem que o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa escrevera no jornal O Sol, que dizia: “Que fúria ilógica e injustificada levou António Costa a desembestar contra Belmiro de Azevedo por alegadas ordens a José Manuel Fernandes e ao Público para baterem em Sócrates. Que ataque tão irracional e inaceitável num político tão racional e normalmente prudente.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que ouviu com toda atenção a intervenção do Deputado Municipal Victor Gonçalves, que, aliás, não trouxera nada de novo. Mas o Deputado Municipal Victor Gonçalves fazia sempre este teatro, mesmo que ele estivesse calado iria inventar qualquer coisa a seu respeito porque tinha essa necessidade. Portanto, o Deputado Municipal Victor Gonçalves foi igual a si próprio, mas teve um mérito a sua

intervenção: é que ao dedicar tanto tempo ao que disse na sua primeira intervenção naturalmente tal significava que não tinha nada a apontar à actividade da Câmara. -----

----- No entanto, queria dizer-lhe que devia estar distraído, ou estava lá fora aquando da sua primeira intervenção, porque depois ao ouvi-lo não pôde deixar de se interrogar: “mas será que eu fui incendiário?”. É que não tinha responsabilizado em particular o PSD pela situação criada, apenas comentara aquilo que a Dra. Manuela Ferreira Leite tinha dito, e que depois o Deputado Municipal Victor Gonçalves acabara por condescender, que o Tribunal de Contas tinha exorbitado. E referira, sem se referir à bondade da obra em si ou não, estariam para ver, que não tinha tido o mesmo rigor na aprovação de um determinado empreendimento, que agora tivera na apreciação de um plano para pagar dívidas criadas por outrem, como o próprio Deputado Municipal Victor Gonçalves reconheceu. Isso era uma constatação, era uma realidade, mas se quisesse falar nas responsabilidades, falar na Câmara parada, ou falar nas trapalhadas podiam falar disso! -----

----- Entendia que não valia a pena mas se o Deputado Municipal Victor Gonçalves quisesse podiam falar disso com toda a clareza. Aliás, a situação era tão dramática que foi o então líder do PSD que decidira retirar a confiança política à equipa que tinha para provocar eleições. E naquela altura o PSD dizia todo bem dele, na Assembleia Municipal eram maioritariamente todos a favor do anterior líder, diziam todos bem dele. Mas não foi ele que veio para ali com essa conversa, o Deputado Municipal Victor Gonçalves é que viera. -----

----- Disse que na sua intervenção até reconheceu todo o esforço que as forças políticas fizeram na Assembleia Municipal para que o Plano de Saneamento Financeiro fosse aprovado, mas era evidente que saltava à vista que havia muitos PSDs na Assembleia Municipal, até havia uns que não sendo da Assembleia se vinham sentar no lugar do público para exigir coisas que depois o PSD não fazia muito bem em nome do interesse da cidade. -----

----- Havia o PSD que dizia que era o artigo 41º, esse existia na Assembleia Municipal e não foi por isso que o Plano de Saneamento Financeiro foi recusado. Depois havia o PSD que dizia que a dívida não era tanta assim, e a seguir aparecia o Tribunal de Contas a dizer que a dívida era não só essa mas muito mais, e o PSD estava desorientado com essa matéria, porque, por um lado, sabia das responsabilidades que tinha, e, por outro, também estava empenhado em encontrar uma solução, reconhecia isso. Mas teriam que se entender e falar a uma só voz, porque aquilo que o Deputado Municipal Vasco Valdez ali disse, apesar de tudo não era bem a mesma coisa do que dizia o Deputado Municipal Saldanha Serra, líder da bancada, nem depois o que dizia o dirigente da Distrital e a seguir o que dizia o Vereador na Câmara Municipal de Lisboa. E também a Dra. Manuela Ferreira Leite, ou agora também já não prestava!? -

----- Portanto, era um facto que havia um PSD desorientado nessa matéria, tinha que o dizer, e o Deputado Municipal Victor Gonçalves, com a sua intervenção, apenas vincara essa desorientação, mas os problemas do PSD teria que ser o próprio PSD a resolvê-los internamente, porque, infelizmente, o PSD incendiários internos já tinha que chegassem, não precisavam de si. -----



----- E fazia falta à democracia, fazia falta ao Município de Lisboa e fazia falta ao País um PSD que falasse a uma só voz, um PSD coerente que soubesse ser oposição, que fosse uma oposição dura, que fosse uma oposição crítica, naturalmente construtiva, que era aquilo que não verificavam neste momento. O que verificavam era um PSD a falar a várias vezes! E depois o incendiário era ele?! Sabia que o Deputado Municipal Victor Gonçalves era sempre o bombeiro de serviço e era natural que assim fosse até porque tinha jeito para isso, reconhecia-o. Mas que ajudasse o seu partido a ultrapassar as dificuldades e não atirasse para o lado porque isso não ajudava nada. ---

----- Todos, seguramente, estariam confrontados com as suas responsabilidades quando o Plano de Saneamento Financeiro fosse actualizado como referira o Sr. Presidente da Câmara. Todos seriam confrontados, não tinha dúvidas nenhuma, aquilo que sabia era que o PS estava a fazer tudo para cumprir o seu programa, estava a cumpri-lo, e não era só opinião do PS que o problema do empréstimo para o saneamento financeiro já poderia estar resolvido se na apreciação crítica, do ponto de vista político, entendessem que a decisão do Tribunal de Contas foi uma decisão errada. Como disse o Sr. Presidente da Câmara e como ele próprio também tem dito na qualidade de Presidente da Concelhia do PS, as decisões dos tribunais eram para respeitar, eram para acatar, mas ali estariam para tentar torner as dificuldades e resolver os problemas, porque foi para isso que os elegeram. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho estava na Assembleia Municipal há menos tempo que ele mas já ali andava há bastante tempo, e com certeza conhecia uma coisa que era a aspirina do poder, que lhes fazia ter calma, e quando estavam no poder normalmente tentavam afinar as vozes com aqueles que mandavam, e era isso o que o Deputado Municipal Miguel Coelho tem feito. -----

----- Mas recordava-lhe o que se passara com o Deputado Manuel Maria Carrilho, o que se passara com ele próprio e o Dr. João Soares, as divisões incríveis que o PS tinha, muito mais evidentes e muito mais fortes. E tinham direito a ter opinião, porque no PSD tinham cabeça própria e não pensavam como o Deputado Municipal Miguel Coelho que durante os anos que esteve ali com o Dr. João Soares, apesar de estar em desacordo dizia sempre ámen a tudo o que era ali decidido. Sempre, sempre, sempre deixara passar tudo e mais alguma coisa. Mas no PSD não, no PSD havia pessoas que tinham consciência, tinham inteligência e pensavam pela sua própria cabeça. -----

----- Disse que o Deputado Municipal Coelho era um militante operário, um militante profissional, tinha que viver disto e, portanto, tinha que se sujeitar às regras que lhe impunham, mas no PSD não viviam disto, viviam da liberdade e da capacidade de se poderem exprimir da maneira que achassem mais conveniente, evidentemente respeitando não só o próprio partido como também respeitando a Câmara e os outros partidos. Mas o Deputado Municipal Miguel Coelho é que normalmente não respeitava ninguém, e fazia um péssimo serviço ao Sr. Presidente da Câmara, podia ter a certeza. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em contraprotesto, disse que até era para não responder, mas realmente achava que o Deputado Municipal Victor Gonçalves se excedera na parte final, porque se pessoalmente havia alguma coisa de que se orgulhava e prezava era de ser uma pessoa bem educada e respeitadora. E era por isso que tinha amigos na bancada do PSD e tinha relações cordiais com quase todos. Respeitava toda a gente, tal como o Deputado Municipal Victor Gonçalves pensa também ele pensava. -----

----- Mas já que decidira contraprotestar, desejava dizer que, apesar de tudo, o Deputado Municipal Victor Gonçalves não foi rigoroso, mais uma vez, no teatro que gostava de fazer. Aliás, desculpava-o sempre um bocado por causa disso. Sabia que ele exagerava. -----

----- É que nunca foi Deputado Municipal no tempo do Dr. João Soares! Podia-lhe apontar esses defeitos todos daí para a frente, mas no tempo do Dr. João Soares por acaso nunca foi Deputado Municipal. Era essa a correcção que queria fazer, que também atestava um bocado o rigor com que o Deputado Municipal intervinha nestas coisas. Mas isso fazia parte do combate e da vida política, também não lhe levava a mal. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, no uso da palavra, disse que numa reunião realizada no dia 11 de Setembro de 2007, deixaram ao Sr. Presidente da Câmara um *dossier* com problemas que os preocupavam, sendo que alguns se arrastavam há vários anos, mas até agora não houve qualquer espécie de resposta por parte da Câmara Municipal. E ao tomar conhecimento da informação escrita sobre a actividade da Câmara neste último trimestre, via que estava tudo na mesma. Continuavam sem respostas. -----

----- Por essa razão, relembra alguns problemas e gostaria de levar aos moradores algumas respostas, porque, infelizmente, o que têm visto é que as intervenções ali feitas continuavam a ser, pura e simplesmente, ignoradas pelo Executivo. -----

----- Referiu que na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara afirmava-se, na parte sobre manutenção das redes de saneamento, que eram de destacar as obras realizadas no Largo do Chafariz de Dentro, quando o Sr. Presidente da Câmara sabia com certeza que, por uma questão burocrática, essas obras estavam paradas, parecia que à espera de autorização do Ministério da Cultura para a destruição de uma parte da Muralha Fernandina. O que haveria a destacar era que estavam, há quase três meses, com um enorme buraco de esgotos aberto no Largo do Chafariz de Dentro, isto é, retirados os estaleiros ganharam uma cratera. Aliás, por via disso, a linda Capela dos Remédios era constantemente inundada com água de esgoto, coisa que não acontecia antes. -----

----- O Largo do Chafariz de Dentro, que era a entrada principal para a sua freguesia e para o Bairro de Alfama, continuava muito mal tratado. Pensava que seria muito importante uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara nesse caso, para que a burocracia fosse ultrapassada e as obras pudessem continuar, porque sabiam que não tinham a ver com a Câmara, já que a Câmara tinha tudo em ordem. -----

----- Disse que os problemas relacionados com o condicionamento do trânsito também continuavam sem resposta, pelo que renovavam a sugestão de que, para fazer um balanço desse processo, apressadamente resolvido em Agosto de 2003, e para analisar sugestões e medidas que por várias vezes propuseram à Câmara Municipal, se iniciasse um processo de discussão com os eleitos de Santo Estêvão e demais freguesias abrangidas, o qual deveria incluir a realização de uma ou mais reuniões públicas, com os moradores e os comerciantes, e um dos pontos a analisar deveria ser também o serviço Porta-a-Porta. -----

----- Por outro lado, também não obtiveram resposta aos problemas que colocaram sobre a reabilitação urbana, tais como: -----

----- As obras municipais no Beco do Espírito Santo, na Rua Guilherme Braga, na Rua dos Remédios, na Calçadinha de Santo Estêvão, na Calçadinha do Tijolo, no Beco da Lapa, nas Escadinha de Santo Estêvão. Havia mais, mas não as ia ali mencionar agora. -----

----- As obras particulares que tinham andaimes e taipais de madeira há longos anos, mas que estavam paradas sem que os soubessem informar do motivo, como era o caso dos prédios na Rua Guilherme Braga, 10-12; no Beco da Lapa, 70; no Beco do Loureiro, 20-22; no Pátio das Lajes; e no Largo do Outeirinho da Amendoeira. -----

----- De igual forma, não lhes responderam se havia ou não disponibilidade da Câmara Municipal para construir, e quando, a tão necessária creche, cujo projecto estava aprovado há mais de uma década. É que a sua freguesia e o bairro não estavam a morrer, como às vezes diziam alguns. Alfama tinha muitas crianças à espera de uma creche com dignidade, porque a que existia fazia um bom trabalho, mas já não tinha capacidade para albergar todas as crianças. -----

----- Prossequindo, disse que dois espaços municipais, um na Rua das Escolas Gerais e outro na Rua da Regueira, tinham projectos de recuperação para locais de lazer, segundo informaram os serviços, em tempos. Mas não havia maneira desses projectos passarem à prática. -----

----- A nível dos arruamentos, disse que tinham ruas em muito mau estado, em especial a Rua dos Remédios, que tinha os lancis muito gastos, e a Rua do Vigário onde as árvores de grande porte danificavam os passeios. Essas ruas necessitavam de uma recuperação de cima a baixo, mas o protocolo para essa área não previa esse tipo de trabalho. -----

----- Disse, ainda, que era muito importante que o Sr. Presidente da Câmara os informasse para quando estava previsto efectuar as transferências referentes ao Protocolo de Delegação de Competências. A assinatura de um novo protocolo, que lhes disse ser necessária, ainda não tinha data marcada, mas a verdade era que não podiam deixar de intervir na freguesia, porque, de outra forma, ainda seria maior a lista dos problemas por resolver. -----

----- Terminou dizendo que para os problemas que viviam hoje, dos quais deram conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara há quase seis meses, não lhe chegava agora o tempo, pelo que teria de voltar ao tema numa próxima oportunidade. -----

----- **A Deputada Municipal Lúcia Fernandes (BE)**, no uso da palavra, disse que foi recentemente apresentado o primeiro relatório do Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, que apresentava algumas conclusões indicativas, que não ia aprofundar, mas das quais desejava salientar algumas ideias-chave. -----

----- A primeira era da existência de, citou: “Um enorme desequilíbrio e desigualdade social coabitando no mesmo espaço territorial, ainda que com margens aparentemente delimitadas, situações de forte riqueza e situações de extrema pobreza”. -----

----- Ainda nessa linha de identificação de problemas, disse que o relatório sugeria a necessidade de aprofundar um problema que não era novo: o de uma cidade que expulsava habitantes porque era incapaz de garantir condições de qualidade de vida, especialmente nos seus bairros mais antigos, ao mesmo tempo que via crescer fenómenos de segregação e fragmentação social e territorial. -----

----- Disse que o relatório identificava alguns grupos de risco, entre os quais os idosos, especialmente vulneráveis, as crianças, os jovens dos bairros periféricos e as mulheres isoladas com enormes responsabilidades financeiras. E identificava, ainda, os arrendatários como um grupo de maior risco de pobreza. -----

----- A segunda linha de balanço conclusivo situava-se no domínio das políticas e programas de acção, e podia resumir-se da seguinte forma. -----

----- Existia uma multiplicação de políticas, programas e actores, mas havia uma falta de coerência e adequação na resposta às necessidades das populações, que só podia ser explicada pela falta de decisão e visão global e integrada. E havia uma tendência bastante conservadora em termos de resposta face a um conjunto de problemas, relativamente novos, que exigiam outro tipo de soluções. -----

----- Disse que a maior parte dessas conclusões indicativas não eram novidade, pelo menos para quem andasse minimamente atento à situação social da cidade, e nem era da exclusiva responsabilidade da autarquia de Lisboa. Mas numa altura em que a situação financeira era crítica e por isso requeria opções claras, valia a pena fazer uma pequena reflexão sobre o assunto. -----

----- A questão que ali colocava era muito simples: onde era que tinha andado a Câmara durante estes anos todos, nomeadamente num domínio relativamente ao qual tinha responsabilidades acrescidas e que era estruturante no combate à pobreza. Falava da habitação, da reabilitação e da requalificação do parque habitacional. E a resposta também era relativamente conhecida: a Câmara andava a criar e a multiplicar empresas municipais. Só nessa área havia três sociedades de reabilitação urbana, uma empresa pública de urbanização e uma empresa de gestão dos bairros municipais de Lisboa, um rodópio de criação de empresas municipais que só contribuía para fazer aumentar a descoordenação e a ineficácia dos serviços, a multiplicação e sobreposição de recursos e o aumento de custos. Tudo isso sem desenvolver uma política estrategicamente suportada e congelando a capacidade de resposta efectiva às necessidades das populações. -----

----- Referiu que há menos de um ano, a apresentação do relatório de contas da GEBALIS foi esclarecedora, e citava declarações do Vereador da Habitação e Acção Social de então, Sérgio Lipari Pinto: “Onde antes havia prejuízos acumulados de 5,9

milhões de euros, agora temos prejuízos que ascendem a 10,9 milhões de euros. Onde antes havia uma dívida a bancos de 15 milhões de euros, agora temos uma dívida que totaliza 24,4 milhões de euros, e que em Março de 2007 já ascende 27 milhões de euros.” -----

----- Disse que era necessário tomar decisões difíceis, mas que fossem estratégicas e orientadas para as reais necessidades. Havia algumas medidas positivas que foram anunciadas, mas havia algumas questões que estavam por esclarecer. -----

----- Em primeiro lugar, em que situação estava a unificação das SRUs e a sua fusão com a EPUL? Qual o futuro das Unidades de Projecto e para quando uma séria e eficaz desconcentração da gestão urbanística e atribuição de verdadeiras competências? -----

----- A segunda questão era qual seria o destino dado à GEBALIS. Já viram que tem sido motivo de descalabro financeiro e só tinha contribuído para confundir as populações. E, desse ponto de vista, a questão que colocavam era qual a vantagem da manutenção da GEBALIS. -----

----- Estas, disse a terminar, eram algumas questões importantes para dar um sinal de inversão relativamente a uma situação de descontrolo financeiro, e que não eram referidas na informação escrita. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que se tem falado ali muito em herança, em herança patrimonial, mas realmente não ia falar dessa herança mas mais na herança política ou ideológica. A herança podia ser repudiada, podia ser aceite no civil, mas ali tinham realmente que prosseguir os objectivos. -----

----- Disse que na informação escrita, o Sr. Presidente da Câmara recordando os seus seis meses de mandato, elegera como bandeira a questão do Terreiro do Paço, com o encerramento do tráfego e a devolução dessa praça aos cidadãos, criando ali de algum modo um espaço de cidadania, um espaço de usufruto pela cidade. -----

----- Mas pena era que – utilizando as palavras do Deputado Municipal Victor Gonçalves – o seu Deputado Municipal operário não tivesse recordado ao Executivo a Sessão da Assembleia Municipal de 20 de Dezembro de 2005, em que o PSD tivera oportunidade de apresentar uma Moção que colocava como desafio político central da política a ser desenvolvida pela Câmara ao Executivo de então, que naturalmente o actual herdara, a valorização do Terreiro do Paço. -----

----- A páginas 11, 47 e 57 tinham precisamente a situação que acabava de referir, de 20 de Dezembro de 2005, em que foi aprovado, por unanimidade, o desafio político então colocado. Deixara se ser uma posição política só do PSD, já que foi sufragada por unanimidade pela Assembleia Municipal e, portanto, o Terreiro do Paço era naturalmente uma medida valorizada que subscreviam, mas não deviam esquecer que o património político não era do actual Executivo. Eventualmente poderia ter feito parte do propósito eleitoral, mas era efectivamente uma questão que herdaram, não em termos de herança patrimonial mas uma herança de património político. -----

----- Uma outra matéria que fazia parte da informação escrita era as reuniões públicas descentralizadas. Não era matéria que o preocupasse em termos daquilo que já ali tem

sido discutido, isto é, se haveria ou não sobreposição em termos das competência das Juntas de Freguesia, parecia-lhe uma iniciativa interessante, mas também porque se falara ali de algumas correntes ideológicas dentro do PSD, recordava uma matéria que ali foi objecto de controvérsia e discussão no tempo do Presidente Dr. Jorge Sampaio, que foi a existência do órgão do Provedor do Ambiente e Qualidade de Vida, que depois o seu sucessor, Dr. João Soares, teve aquele problema que foi para a extinção do órgão mandar trocar as fechaduras. -----

----- Portanto, o que pretendia dizer, também desconhecendo com profundidade o que se passava na família socialista, presumia que o Sr. Presidente da Câmara era mais “neo-sampaista” do que “neo-soarista”, era que achava que essa iniciativa das reuniões descentralizada era interessante, mas aconselhava o Sr. Presidente da Câmara a que fosse mais longe, que recuperasse a ideia do Conselho Consultivo porque, essa sim, seria uma forma de participação e de audição dos munícipes de Lisboa, não controlado pelo Executivo, mas de forma orgânica e institucionalizada dando voz à sociedade civil, e não numa perspectiva relativamente inorgânica e centralizada pela Câmara Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que no dia 5 de Dezembro a Câmara Municipal reunira em Alcântara com intenção de ouvir quatro freguesias: Alcântara, Ajuda, São Francisco Xavier e Belém e os moradores. Houve muitas intervenções, mas o único resultado prático dessa reunião foi que em Alcântara, dois dias depois, começaram a ser bloqueados carros, mesmo à meia-noite. Pessoalmente nunca viu a Polícia Municipal com tantos efectivos para bloquear à noite, era uma coisa espantosa. Não era que defendesse que os carros não fossem bloqueados quando estavam em cima dos passeios, fosse de dia ou de noite, mas entendia que a Câmara, antes de mandar agir assim, deveria criar ao menos um único espaço de estacionamento, que, aliás, até era fácil, bastava rebocar os carros que estavam abandonados, que eram dezenas deles. Bastava que o reboque levasse os carros abandonados que a Câmara criava muitos lugares de estacionamento sem gastar um cêntimo. -----

----- Mas também tinha outros processos para arranjar estacionamento. Por exemplo, a Vila Teixeira, que o Presidente Santana Lopes mandara demolir, era um grande espaço que podia servir para estacionamento, bastava uma pequena terraplanagem. É que os únicos espaços que tinham para estacionamento foi a Junta que os fizera agora em três locais, porque a Câmara tirara-lhes estacionamento importantíssimo desvalorizando a zona mais monumental de Alcântara, ao colocar na Rua 1º de Maio, em frente da Carris, um posto de limpeza. Com isso a Câmara não se preocupava, preocupava-se em rebocar carros. -----

----- Referiu que disse ao Sr. Presidente da Câmara, porque ele também utilizara uma expressão que pessoalmente achava verdadeiramente inacreditável, quando o Senhor Primeiro-Ministro foi ao Largo do Rato ouvir os professores, foi assobiado, tendo dito, à boa maneira do antigamente, que toda a gente que protestava era comunista, e o Sr. Presidente da Câmara, que foi ouvido depois, disse em algumas declarações que

eram métodos setalinistas e antidemocráticos. Mas ia dar um exemplo do setalinismo e de democracia. -----

----- Disse, então, que nessa reunião do dia 5 de Dezembro – já tinha dito isso no dia 12 de Outubro numa reunião que teve com o Sr. Presidente da Câmara – referira que em Espanha quando rebocavam carros punham um autocolante no chão onde estava o carro a dizer que o carro foi rebocado pela polícia e o número de telefone para o ir levantar e depois a polícia levava os donos do carro ao local e não levava nada por isso. Fizera essa sugestão em Outubro e em Dezembro, e quando acabara essa reunião de 5 de Dezembro o Sr. Vereador Marcos Perestrello, que estava acompanhado pelo Sr. Comandante da Polícia Municipal, chamara-o e disse-lhe: “O Sr. sabe como é que fazem na Inglaterra?” e aquilo que lhe respondeu foi: “Ó Sr. Vice-Presidente, o Senhor fale-me em coisas boas não me fale em coisas más. Vai-me dizer que em Inglaterra ainda é pior”. Respondeu o Sr. Vice-Presidente: “Exactamente, levam os carros para cerca de 200 quilómetros”. “Ou seja, o setalinista sou eu, pelos vistos”. ----

----- Enfim, pôr o autocolante era antidemocrático, era setalinismo, e rebocar para 200 quilómetros de distância é que era democrático. -----

----- Aludindo à questão dos protocolos, disse que desde Janeiro até agora já gastaram milhares de contos, porque estavam a pagar o *fuell* que se gastava nas caldeiras dos balneários, estavam a pagar ao pessoal, estavam a pagar o tratamento dos espaços verdes, etc. E a propósito do protocolo dos espaços verdes desde já referia que tudo levava a crer que a Junta de Alcântara não o iria renovar porquanto no ano passado receberam 42.000 euros e para este ano o Sr. Vereador estava-lhe a propor 27.000, quando era um facto que a Junta gastava mais de 50.000 euros. Pelos vistos, com o inverno os jardins de Alcântara encolheram e nunca mais cresceram! -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Santos (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, no uso da palavra, disse que na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara falava-se do Rock in Rio, evento que considerava extremamente importante para a Cidade de Lisboa, e que a Assembleia Municipal isentara das taxas municipais. -----

----- No entanto, lembrava que em Setembro do ano passado a Assembleia Municipal aprovara uma Moção para isentar também das taxas municipais os comerciantes do Bairro da Liberdade, que estavam a morrer de fome já que não tinham negócio. Aliás, ainda estavam a receber cartas com ameaças de execução fiscal por não pagarem as taxas municipais, e realmente não compreendia porquê. É que se isentavam do pagamento de milhares de euros o Rock in Rio, não se percebia que não se pudessem isentar de taxas municipais as pessoas que realmente necessitavam dessa isenção. -----

----- Disse, depois, que discordava do Deputado Municipal do CDS-PP que referira que não houve plano de emergência para os espaços verdes, porque realmente houve e chamava-se Juntas de Freguesia. É que, nos últimos dois meses, estavam a pagar a manutenção dos espaços verdes sem receberem absolutamente nada em troca e nem sequer tinham a esperança de virem a receber fosse o que fosse. -----

----- Portanto, houve efectivamente um plano de emergência, foram as Juntas de Freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra, disse que gostaria de falar ali sobre a informação escrita do Presidente da Câmara e congratular-se pela mesma, mas como Presidente de Junta não podia porque Lisboa é composta por 53 freguesias e quem lia a informação ficava com a ideia de que a Ajuda não pertencia ao concelho de Lisboa, ou então com a ideia de que a freguesia estava bem e não necessita de intervenção da Câmara. -----

----- Mas não era verdade. Continuava com as ruas esburacadas, continuava com as passadeiras desaparecidas, continuava com os candeeiros apagados e zonas da freguesia a necessitar de nova iluminação. Precisava da construção de equipamentos sociais e desportivos para dar resposta às necessidades das escolas, IPSS's e colectividades, ou seja da sua população. Continuava à espera da requalificação da zona do Rio Seco, da zona envolvente do Palácio, entre outras. Os bairros sociais, nomeadamente o Bairro 2 de Maio, continuavam à espera das zonas verdes que não existiam. Em seu lugar existia mato e lixo, e os acessos às habitações continuavam em terra batida. -----

----- Tudo isso não era novo, pelo contrário, era antigo e do conhecimento dos vários Executivos, que ao longo dos anos foram prometendo à população, quer através das campanhas eleitorais, quer depois através dos planos de actividades e orçamentos camarários. Pois, a Freguesia da Ajuda continuava esquecida pela Câmara, como já ali havia dito por diversas vezes. -----

----- Disse que gostava de saber para quando estava prevista a apresentação, discussão e assinatura dos protocolos, uma vez que o que tinham na mão eram simplesmente informação e mais nada, continuando a Junta a fazer a intervenção na freguesia como se os protocolos estivessem assinados. -----

----- No tocante às calçadas, continuavam a receber da parte dos serviços o pedido para resolverem as situações de calcetamento de acordo com o protocolo, que não existia, mas a Junta fazia. -----

----- Relativamente às escolas continuavam a receber pedidos para as pequenas reparações, e a Junta fazia. -----

----- Quanto à componente de Apoio à Família continuava a ser levada a cabo, assim como todos os outros protocolos. -----

----- Acerca dos espaços verdes, disse que foram confrontados com uma proposta de novo protocolo, que se reduzia nalguns casos para menos de 50%. No caso da Ajuda a redução era de cerca de 30% e continuavam à espera de uma proposta definitiva, uma vez que a que lhe foi entregue não estava correcta. -----

----- Mas continuavam a manter os espaços ajardinados porque entendiam que não podiam deixar perder aquilo que as freguesias, em conjunto com as anteriores câmaras, investiram na requalificação desses espaços, pois na maior parte eram zonas expectantes e autênticos depósitos de lixo. -----

----- Concluiu dizendo que era urgente definir essa questão dos protocolos, porque as Juntas não podiam continuar a financiar a Câmara Municipal de Lisboa pois podiam entrar em ruptura financeira. -----



----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que gostaria de chegar ali, praticamente sete meses depois da tomada de posse do Sr. Presidente da Câmara, e poder dizer que numa área extensa da cidade, que ali representava, tinha sido feita alguma coisa. Mas não o podia fazer porque isso não acontecera. -----

----- E desejava também ali fazer uma referência, que já fizera uma vez, aos Presidente de Junta que, desde Agosto, têm feito um esforço enorme para manter a cidade a funcionar em todos os aspectos. Pusera-se antes o problema dos protocolos, neste momento não havia protocolos assinados, mas o que era um facto é que se não fossem as Juntas a trabalhar nada estava feito na cidade. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara tem aproveitado muito bem a questão da dívida da Câmara, e isso só revelava que era um político astuto. Todavia, era necessário que lhe dissessem ali algumas coisas, era preciso trabalhar pela cidade, e isso não estava a acontecer. -----

----- Mas passava a referir algumas questões relativas à área geográfica que ali representava. O parque de estacionamento no Largo da República da Turquia estava pronto há bastante tempo e não se sabia por que não entrava em funcionamento. -----

----- Em termos de inundações no Alto do Lumiar, disse que havia uma coisa que não foi hoje ali referida, mas para a qual não podia deixar de chamar a atenção. É que informara, por escrito, o Sr. Presidente da Câmara, a Sra. Vereadora da Acção Social e o Sr. Vereador do Urbanismo que era a segunda vez que, ao longos dos seis anos que era Presidente da Junta do Lumiar, havia inundações na Rua Vítor Cunha Rego que provocavam prejuízos diversos à população, e essa questão não estava solucionada. -----

----- Que não viessem dizer que era um problema dos últimos cinco anos, porque o realojamento da Rua Vítor Cunha Rego foi efectuado no ano 2000 e o que se passava era que havia um colector que ia da Rua Vasco da Gama Fernandes direito à Rua Vítor Cunha Rego, colector onde cabia um camião lá dentro, mas que depois desaguava num colector dez vezes menor, e, evidentemente, a água ia pelo colector grande chegava ao pequeno e ia sair nas habitações das pessoas. Esteve lá no passado dia 18 e aquilo estava completamente inundado, fartara-se de telefonar para todo o lado, incluindo a Protecção Civil, para que fossem ver o que se estava a passar no local. -----

----- Portanto, era preciso resolver o problema das pessoas que aí moravam, porque elas não tinham culpa da incúria da Câmara ao permitir essa situação. Era preciso pôr cobro a isso, não podia continuar a acontecer aquilo que se estava a verificar na Rua Vítor Cunha Rego, no Alto do Lumiar. Um alto, praticamente o cimo de uma serra, e havia inundações porquê? Era inconcebível! -----

----- Por outro lado, tinham outro problema ainda mais vasto que resultava de se ter transformado a Alameda das Linhas de Torres e a Azinhaga da Cidade num rio bastante grande em que a água dava pela cintura, e já era a segunda ou terceira vez que isso acontecia porque não estava feito em condições o saneamento básico da Urbanização do Alto do Lumiar. Puseram o alcatrão e a água vinha parar cá em baixo

quando noutros tempos eram quintas e a água ficava lá. Tinham que resolver essa questão. -----

----- Uma outra questão que também não era do passado, era que debaixo do viaduto do Eixo Norte-Sul, que foi inaugurado em Outubro, havia um espaço enorme que precisava de ser requalificado. Em cima o Instituto de Estradas de Portugal cumprira extraordinariamente bem o seu papel, mas por baixo era com a Câmara e a Câmara não fazia nada. Não havia projectos nem havia coisa nenhuma, e isso tinha que ser feito. Era do tempo do actual Executivo e não do passado. -----

----- Sobre a Divisão policial do Alto do Lumiar, disse que na última reunião da Assembleia foi aprovada uma recomendação a solicitar que se estabelecessem contactos com a PSP no sentido de não ir para o Alto do Lumiar uma Divisão de Trânsito mas sim uma Divisão de competência genérica, e nessa altura não referira determinadas coisas em resposta àquilo que na altura foi dito pelo Deputado Municipal Miguel Coelho. -----

----- Disse, então, que tal como a Assembleia Municipal também a Assembleia de Freguesia do Lumiar aprovara uma recomendação para que não fosse para o Alto do Lumiar uma Divisão de Trânsito mas sim uma Divisão de competência genérica. Não se podia dizer que houvesse gastos da Câmara nesta matéria, a actual Câmara encontrara excelentes instalações construídas que agora ia ceder à Divisão de Trânsito, o que não se compreendia. -----

----- Referiu que esta questão tem sido um problema de todas as forças políticas do Lumiar, que sempre estiveram e estavam do mesmo lado. Mas ia ler um pequeno extracto daquilo que dizia o programa do PS que foi apresentado à população, há dois anos. “Pugnar pela urgente construção e instalação da 6ª Divisão da Polícia de Segurança Pública”. Se não constasse “6ª” ainda se poderia dizer que era apenas uma Divisão, mas estando referido 6ª Divisão era, obviamente, uma Divisão de competência genérica. -----

----- Portanto, se apresentavam propostas à população tinham que as cumprir, porque, se não as cumpriam, era a população que se questionava que políticos eram estes que prometiam uma coisa e depois faziam outra. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PSD)**, no uso da palavra, começou por esclarecer que quando pedira que lhe fosse concedido o uso da palavra, queria falar exclusivamente sobre o problema do empréstimo, e não sobre a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, por quem tinha o maior respeito, pelo que qualquer relação que as suas palavras pudessem ter com a informação escrita, era simples coincidência. -----

----- Disse então que leu a recusa do Tribunal de Contas e desejava afirmar a sua opinião acerca do que devia exigir a concessão de um empréstimo. -----

----- Na sua opinião, um empréstimo era uma operação financeira da mais alta importância e que tinha várias implicações em vários aspectos da actividade, pelo que o pedido de qualquer financiamento deveria ser apoiado na elaboração de um balanço, um balanço previsional que demonstraria o aspecto geral de toda a situação financeira da empresa, neste caso da Câmara Municipal. -----

----- Era evidente que para se elaborar um balanço tinha que se elaborar também a conta de resultados, porque se incluía sempre no balanço o resultado da actividade num determinado exercício. -----

----- Portanto, a sua opinião era que qualquer pedido de empréstimo, a não ser que fosse um empréstimo de importância muito reduzida, devia ser apoiado num balanço e consequentemente também numa conta de resultados. -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para responder a questões colocadas, disse que quem aprovara o empréstimo e o Plano de Saneamento Financeiro foi a Assembleia Municipal, mas quem foi responsável, profissionalmente, pela elaboração desse plano foi ele próprio, e desejava dizer ao Deputado Municipal Victor Gonçalves que se havia incompetência do plano isso estava de acordo com a remuneração que tinha na Câmara. No entanto, iria responder a esse ponto. -----

----- Disse, então, que as observações do Tribunal de Contas, do seu ponto de vista na linguagem não eram adequadas, mas esse não era o aspecto fundamental. Normalmente as pessoas falavam do mercado, e gostava de dizer que o empréstimo foi aprovado por doze bancos, cinco dos quais estavam na melhor situação e competiram. -----

----- A economia de mercado tinha vários defeitos, mas apesar de tudo era o melhor sistema que funcionava, e foi um empréstimo aprovado pelo mercado. Mas não foi só aprovado pelos bancos, a Câmara Municipal de Lisboa, após ser feito o Plano de Saneamento Financeiro, foi avaliada por duas agências de *rating*, empresas que, como era sabido, classificavam a qualidade de solver compromissos das instituições que avaliavam, e podia dizer que quer uma quer outra, deram à Câmara Municipal de Lisboa *ratings* pelo menos iguais aos melhores bancos portugueses. -----

----- Referiu que não tinha sentido nenhum fazer um investimento a doze anos, e havia uma prudência, que se calhar os Senhores Deputados Municipais não sabiam porque não lhe mandara esse despacho, mas pensava que já estava publicado, que era a Câmara Municipal, no Plano de Actividades, contrariamente ao habitual, e dizia ao habitual não no sentido de criticar mas porque aprendera com as lições do passado e modificara, o investimento da Câmara este ano só se faria na medida em que fossem capazes de alienar os activos que permitissem o financiamento do investimento. -----

----- Por outro lado, era preciso ter cuidado porque as contas de gerência eram normalmente pagamentos. Como sabiam, isto era um bocado difícil de explicar a uma Assembleia, mas havia uma grande diferença entre pagamento, despesa e custo. Podiam realizar a despesa e não fazer o pagamento, por consequência aumentavam as dívidas a fornecedores, mas a conta de gerência não tratava das despesas, tratava dos pagamentos. -----

----- Terminou dizendo que foi aluno de uma pessoa, que respeitava imenso, que dizia “deixem-me trabalhar”, e ele diz “deixem-me pagar”. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder a questões colocadas, disse que foram ali levantadas algumas questões sobre o saneamento da cidade, admirava-se, aliás, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara não tivesse também levantado esse problema, uma vez que era uma

freguesia particularmente martirizada pelos problemas de saneamento que a cidade tinha. -----

----- Mas sobre isso desejava informar que o Município tinha um atraso de cerca de 30 anos no plano de investimentos necessários na sua rede de saneamento. Com excepção, talvez, do período em que o Vereador Rui Godinho teve essa responsabilidade na Câmara e onde foram feitos alguns investimentos importantes, na Av. 24 de Julho e na Av. Infante D. Henrique, que, aliás, quem tivera oportunidade de por lá passar no período das chuvadas da semana passada com certeza pôde constatar que estavam em boas condições, efectivamente com excepção desse período a Câmara não fizera nos últimos 30 anos os investimentos necessários na rede de saneamento. Por isso, a rede de saneamento não tinha capacidade de resposta para quando surgiam chuvadas desta dimensão, e o resultado ficou à vista. -----

----- Felizmente não houve danos pessoais a assinalar, mas houve danos materiais a registar e o Município respondera com a celeridade que pôde e julgava que com alguma eficácia, através dos seus serviços, Polícia Municipal, Bombeiros e Brigada de Colectores, a acudir às principais situações que se verificaram. -----

----- Disse que a Câmara tem estado a trabalhar num plano de drenagem para a cidade, o qual estava em vias de ter concluída a sua fase D, que era a fase que definia os investimentos que era necessário realizar no saneamento da cidade, e podiam já hoje afirmar, antes ainda do plano estar concluído, que num período de dez anos seria necessário realizar investimentos na ordem dos 160 a 200 milhões de euros. No início de Março teriam oportunidade de apresentar publicamente as conclusões desse estudo, e submetê-lo, entre Março e Abril, à Câmara e à Assembleia Municipal para apreciação. -----

----- Relativamente à questão dos protocolos com as Juntas de Freguesia, disse que os Senhores Presidentes de Junta sabiam hoje, porque estavam de boa-fé no processo tal como a Câmara também estava, exactamente com aquilo que podiam contar. Havia algumas negociações a decorrer, exclusivamente no domínio dos espaços verdes, e havia alguns acrescentos que alguns Senhores Presidentes de Junta quiseram propor à Câmara para protocolar, em relação àquilo que já estava protocolado. -----

----- Portanto, à parte a animação do debate político que ali competia fazer, os Senhores Presidentes de Junta sabiam exactamente com aquilo que podiam contar, sabiam que estavam a decorrer negociações com um conjunto alargado de Presidentes de Junta para fechar os protocolos, exclusivamente na área dos espaços verdes. Estava para breve a reunião, que aliás era para ter tido lugar ontem e só não teve porque houve um conjunto de Presidentes de Junta, exactamente pela razão da ausência do Deputado Municipal Saldanha Serra, que pedira o adiamento dessa reunião, mas pensava que se poderia realizar na próxima semana. -----

----- Era só isso que estava em causa, e estavam a falar de uma ou duas semanas, portanto à parte essa animação política que competia fazer na Assembleia Municipal, pensava que não havia nenhum motivo para preocupação nessa matéria, e os investimentos que as Juntas estavam a fazer, em benefício da cidade e não em benefício da Câmara, teriam seguramente a cobertura dos protocolos. Os Senhores

Presidente de Junta sabiam que teriam, e também era por isso que estavam a fazer esses investimentos. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por se referir à questão colocada pelo Deputado Municipal Vasco Valdez relativamente ao âmbito da sindicância, dizendo que o método foi definido pela sindicante, nomeadamente denúncia, prazo para denúncias, e tratara os casos que lhe foram denunciados. Portanto, se a sindicância foi mais longe ou menos longe, isso resultara, basicamente, da iniciativa de quem foi lá denunciar casos, mais recentes ou mais remotos. Esse era o primeiro âmbito da delimitação. -----

----- Por outro lado, a Câmara definira um critério, que era um critério de utilidade em face daquilo que resultava da sindicância. O critério de utilidade podia resultar do prazo para agir quanto à validade do acto, já que tinham o prazo máximo de um ano que era o prazo da anulabilidade, ou tinham o prazo de três anos que era o prazo da prescrição do procedimento disciplinar. -----

----- E o que foi decidido pela Câmara, por proposta da Sra. Vereadora Margarida Saavedra, foi que para além dessa delimitação, sem prejuízo disso, qualquer Sr. Vereador teria um prazo, que já não se lembrava bem se era de 15 dias, para sugerir outros processos que deveriam ser avaliados. Essa lista foi recolhida, foi aprovada pela Câmara, eram cerca de 70 processos que iriam ser vistos e que foram escolhidos livremente pelos Vereadores. -----

----- Mas também dizia que se queriam ver mais coisas perderam uma boa oportunidade, que foi quando a sindicante abriu espaço público para sugestão de outros âmbitos de intervenção. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Deputado Municipal Carlos Barroso não lera certamente o programa do PS, e não lhe levava particularmente a mal, mas pecava por injustiça visto que o programa dizia basicamente três coisas: arrumar a casa, pôr a Câmara a funcionar e preparar o futuro, pelo que se já estava cansado ao fim de seis meses, iria cansar-se ainda mais até ao fim do mandato porque foi até lá que prometeram arrumar a casa, pôr a Câmara a funcionar e preparar o futuro. Portanto, essa seria uma lenga-lenga que ouviria até ao final do mandato. -----

----- Quanto à reestruturação da Câmara e das empresas municipais, disse que a reestruturação da Câmara era um trabalho de fundo. Neste momento foi feito um contrato com o Sr. Prof. João Seixas para pensar conjuntamente o tema da reorganização administrativa e da reestruturação dos serviços da Câmara, visto que a reestruturação dos serviços da Câmara não podia nem devia ser vista separada do tema da reorganização administrativa. -----

----- No tocante às empresas municipais, disse que neste momento tinham já o relatório que lhes foi proposto pelo Dr. Carlos Lobo, a quem o tinham encomendado, sobre o projecto de fusão das SRUs e da incorporação na EPUL reestruturada. Estavam a concluir essa apreciação, e era sua convicção que nas próximas semanas poderiam levar à Câmara o projecto de fusão das SRUs e a sua absorção na EPUL reestruturada. -----

----- Sobre a pergunta da Deputada Municipal Lúcia Fernandes para quando haver maior desconcentração no licenciamento e apreciação de projectos, disse que isso já foi feito, através da DMCRU, a quem foi atribuída por competência de licenciamento, e também através da DMCRU para as Unidades de Projecto relativamente às obras de menor dimensão. -----

----- Disse, ainda, que o Deputado Municipal Carlos Barroso se centrara em particular no tema dos espaços verdes, e quanto a essa matéria desejava dizer que o Jardim de São Pedro de Alcântara estava parado há mais de dois anos, e a obra só tinha sido retomada depois do actual Executivo entrar em funções e ter negociado com o empreiteiro as condições para retomar os trabalhos. Foi assim que os trabalhos foram retomados, foram executados e foram concluídos. Aliás, foram concluídos ali como foram também no Jardim Cidade de Goa, como foi igualmente o actual Executivo que lançara a obra para recuperação do parque infantil do Jardim da Estrela, que procedera ao arranjo de todos os espaços verdes da Freguesia dos Olivais, e que vinha lançando, passo a passo, cada uma das medidas para a recuperação dos espaços verdes, muito degradados e abandonados que se encontravam na cidade. -----

----- Relativamente à pergunta da Deputada Municipal Sílvia Sepúlveda sobre o que se passava com a terceira fase das obras do canil-gatil, disse que ela estava prevista no Plano de Actividades e a Câmara contava lançar essa empreitada ainda este ano. -----

----- Quanto à questão sobre as bibliotecas móveis, podia dizer que das duas carrinhas existentes, uma que era nova e estava sem equipamento e outra que era velha e estava avariada, a que estava avariada já estava reparada, a que estava desequipada já estava equipada, portanto a partir da próxima terça-feira as bibliotecas móveis voltavam a funcionar. -----

----- Sobre o Plano de Saneamento Financeiro, disse que desejava referir ao Deputado Municipal João Saraiva que partilhavam do diagnóstico e das preocupações, mas não participavam dos fantasmas. É que não estava previsto qualquer aumento de impostos no Plano de Saneamento Financeiro, o único que estava, como se recordava, era o agravamento da taxa do IMI para os prédios devolutos, mas que foi chumbado na Assembleia Municipal, e fazia-lhe a justiça de estar em crer que não teria sido chumbado com o seu voto. Mas foi esse o aumento da carga fiscal, mais nenhum outro estava previsto. -----

----- Além do mais, se houve motivo pelo qual acompanharam a oposição, designadamente do PCP e do PSD, na Câmara Municipal ao recurso ao artigo 41º da Lei das Finanças Locais, foi porque na regulamentação que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que agora saudava muito, que estava para promulgação, se previa que caso se recorresse a esse artigo uma das consequências era terem de aumentar para a taxa máxima todos os impostos locais, medida que lhe parecia francamente inconveniente, mas que à ANMP parecia francamente positiva. -----

----- No tocante à pergunta sobre a progressiva precarização, disse que não havia progressiva precarização, antes pelo contrário. Com certeza não teria ouvido o que disse na sua intervenção inicial. É que no dia 22 de Janeiro, tal como tinham prometido, apresentaram aos sindicatos uma proposta, de acordo com uma solução

que trabalharam com o Prof. Jorge Leite, para resolver, por via de arbitragem, a integração no Quadro de Direito Privado do Município as pessoas que tendo efectivamente uma relação laboral com o Município, a mantinham com base num vínculo precário de prestação de serviços. Dos três sindicatos um já dera concordância a essa solução para estabilizar a relação de trabalho com os trabalhadores, dois levantaram dúvidas jurídicas, estavam neste momento num processo de diálogo e achava-se na esperança que esses sindicatos que tiveram dúvidas jurídicas as ultrapassassem de forma a poderem contribuir, como a Câmara queria contribuir, para estabilizar as relações de trabalho que devessem ser estabilizadas. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra com tempo cedido, nos termos regimentais, pelo PEV, disse que quando há pouco levantara a mão para protestar em relação àquilo que o Sr. Vice-Presidente da Câmara tinha dito, porque pensava que, como no passado, o tempo dos protestos não contava para o tempo de cada partido. Assim já não era, mas felizmente o PEV dera-lhe tempo do seu para intervir, o que passava a fazer. -----

----- Disse, então, que o Sr. Vice-Presidente dera a entender que estava à espera que ele falasse das cheias, e realmente estava para falar disso, como estava para falar dos buracos nos pavimentos, nos candeeiros apagados, enfim, numa série de coisas. Só que, como tinha que deixar tempo do seu Grupo Municipal para o seu camarada Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda intervir, não pudera referir nada disso. -----

----- Mas já que a questão foi abordada, dizia ao Sr. Vice-Presidente que foi a primeira vez que houve cheias em Alcântara e não foi contactado pelo Vereador com a responsabilidade do Pelouro a chamá-lo para ir ao local. Mas, curiosamente, foi contactado pela jornalista Sandra Felgueiras, da RTP, e depois também pela TVI, para ir ao local comentar o problema. -----

----- Disse que o Sr. Vice-Presidente tanto quanto sabia não esteve no local, e também não era verdade que não tivesse havido investimentos na área do saneamento na Cidade de Lisboa nos últimos 30 anos, porque estava na Assembleia Municipal desde 1983 e o Vereador Rui Godinho ... -----

----- A um aparte respondeu: “Sim, eu sei, mas na altura não foi isso que disse, depois deu a volta! Eu tenho lá o recorte do jornal onde disse que não havia investimentos há 30 anos em Lisboa. O Vereador Rui Godinho fez grandes investimentos na Cidade de Lisboa, incluindo na minha freguesia. Aliás, falou em coisas mas esqueceu-se também de uma estação de bombagem ao pé do Café-Café, que é isso que faz com que a Av. 24 de Julho não leve a água. Não é só os colectores”. -----

----- Disse, ainda, que a ETAR de Alcântara, que foi a primeira a avançar, curiosamente era a última no tratamento das águas. Não havia a ETAR de Chelas, não havia a ETAR de Beirolas, isso avançara tudo já em tratamento secundário, e a ETAR de Alcântara continuava na mesma. -----

----- Sobre os protocolos, disse que o Sr. Vice-Presidente referira que as Juntas sabiam com o que contavam, mas pessoalmente não sabia. Se havia negociações com o PSD e com o Deputado Municipal Saldanha Serra, o PCP não sabia de nada. Pelos vistos era

por debaixo da mesa que se estava a tratar das coisas! Bom, ficaram a saber que havia coisas secretas das quais o PCP estava arredado. -----

----- O que sabiam nas freguesias era que entravam com muito dinheiro todos os meses, e não recebiam um cêntimo. Recordou que no início do mandato assinara protocolos para quatro anos, e depois esta Câmara vinha dizer que isso não valia, que tinham que fazer novos protocolos. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, novamente no uso da palavra, disse, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, que não se cansava assim tão facilmente de estar na Assembleia, e se Deus quisesse estariam ali os dois até ao final do mandato, e agradecia-lhe a sua preocupação. Mas com o que tinham que se preocupar era com os cidadãos de Lisboa, que tinham anseios e esperavam que a Câmara Municipal fizesse aquilo que prometera e aquilo que eles precisavam. Era com isso que tinham que se preocupar, e era isso que tinha que os guiar até ao final do mandato, sem cansaço. -----

----- Quanto à questão dos espaços verdes, disse que acreditava na boa-vontade do Sr. Presidente da Câmara e na sua boa intenção de fazer algo pela cidade, nomeadamente nessa área, no entanto essas informações que o Sr. Presidente da Câmara referira na sua última intervenção não constavam, com excepção de uma referência à Freguesia dos Olivais, da informação escrita, e os Grupos Municipais ainda não tinham o dom de adivinhar os projectos que o Sr. Presidente tinha na Câmara Municipal de Lisboa. -

----- Não obstante isso, a cidade vivia de obras, portanto quando os processos estivessem concluídos então a Câmara poderia dizer que os fizera, porque estando em projecto não se sabia que se iriam iniciar, quando iriam ser feitos e, acima de tudo, quando era que os cidadãos de Lisboa poderiam ter os espaços verdes que esperavam poder usufruir rapidamente. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara** disse que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara seguramente não ouvira, com rigor, aquilo que ele referira, e por isso tecera algumas considerações a propósito de algum trabalho que tivesse sido feito nessa área. Mas se não ouvira com atenção depois poderia ler a acta. -----

----- No entanto desejava dizer-lhe o seguinte. Era inequívoco que a Câmara tinha 30 anos de atraso no investimento do plano de saneamento, e, por isso, quando havia precipitações excessivas a rede não tinha capacidade de drenagem daquela quantidade de água. Isso era inequívoco! Não havia sequer qualquer espécie de discussão ou de polémica em torno dessa questão. E isso era um problema da cidade toda. Em Alcântara o problema era grave, mas havia outros locais onde o problema era igualmente grave. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara teve oportunidade de andar em Alcântara a ver os estragos que as cheias fizeram, mas ele teve oportunidade de andar pela cidade toda a ver muitas freguesias que foram também afectadas pelas cheias, e algumas delas até de forma inesperada visto que não se situavam em zonas baixas como era o caso de Alcântara. -----

----- Disse que não valia a pena estarem ali a fazer polémica em torno de uma questão que os deveria preocupar a todos e sobre a qual teriam que unir esforços para a resolver. Porque aquilo que ali disse, com um pequeno lapso já que se referira ao



plano da fase de drenagem e aquilo que iam aprovar era efectivamente a fase C desse plano, porque a fase D correspondia já aos investimentos em concreto, era que o investimento correspondia a cerca de 200 milhões de euros a realizar em 12 anos, um investimento para o qual a Câmara Municipal, como todos sabiam, não tinha meios para efectuar e teriam que ser todos, em conjunto, a encontrar uma solução para isso. -

----- Terminou dizendo que o protesto que o Deputado Municipal José Godinho ali fizera teria sido evitado se tivesse prestado atenção àquilo que efectivamente disse e à forma como o disse. -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA 3/AM/2008 – DELIBERAR SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, CRIAR UMA COMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DE INTERVENÇÃO NA ZONA RIBEIRINHA DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 1, 2 E 3 DO ARTIGO 61.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA.**

----- PROPOSTA N.º 3/AM/2007 -----

----- “Lisboa fez-se Cidade à volta do Rio Tejo. -----

----- Contudo, a relação de Lisboa com o Tejo foi sempre difícil, na medida em que acesso ao Rio esteve sempre muitíssimo condicionado pelas actividades portuárias, cuja importância e relevância são evidentes, mas sobretudo, e salvo honrosas excepções, por Administrações Portuárias que se consideravam acima das Autarquias, gerindo todo esse espaço de forma autoritária e sem qualquer articulação ou atenção ao desenvolvimento da Cidade nos seus múltiplos aspectos. -----

----- Só nos finais dos anos 80 e princípios dos anos 90 se deu início a um processo, que tem sido lento, de aproximação da Cidade e do Rio, iniciando-se a libertação de áreas afectas ao Porto de Lisboa, que passaram a ter uma utilização lúdica e de lazer e a ser fruídas pelos Lisboetas. -----

----- Recentemente, e após alguns avanços e recuos, foi aprovada legislação que permite que áreas sob gestão das Administrações Portuárias passem para o domínio municipal, e foi celebrado um Protocolo entre o Governo e a CML, que visa transferir algumas áreas da frente ribeirinha para a gestão municipal. -----

----- Considerando a enorme área ribeirinha que, por este meio, passa para a gestão camarária; -----

----- Considerando as intervenções que terão de ser feitas nessas áreas para as disponibilizar à população; -----

----- Considerando a necessidade de garantir que estas zonas ribeirinhas ficam ao abrigo da especulação imobiliária; -----

----- Considerando as entidades que irão ser criadas para permitir essa gestão; -----

----- Considerando que, nos termos da legislação agora aprovada, estas áreas poderão, em determinadas circunstâncias, reverter de novo para o Estado; -----

----- Considerando o impacto em mais do que um mandato que terá toda esta operação na zona ribeirinha de Lisboa; -----

----- Considerando que o Presidente da Administração do Porto de Lisboa proferiu declarações que não serão as mais tranquilizadoras para o desenvolvimento deste Protocolo; -----

----- Considerando que se impõe, por isso, que a AML faça um acompanhamento permanente da evolução deste processo. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que, a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 26 de Fevereiro de 2008, reunião de continuação da Sessão Ordinária iniciada no dia 19 de Fevereiro de 2008, delibere criar uma Comissão Permanente para Acompanhamento da Gestão e Intervenção na Zona Ribeirinha de Lisboa, abrigo do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento da Assembleia Municipal.” -----

----- **O Deputado Municipal Vasco Valdez (PSD)**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que todos sabiam que era longa e histórica reivindicação dos lisboetas e de muitos dos Executivos municipais, designadamente lembrava-se já neste mandato assistir às intervenções da Câmara Municipal liderada pelo PSD, no sentido de que houvesse um acompanhamento e uma participação muito mais activa do Município de Lisboa em tudo aquilo que respeitasse à zona ribeirinha e a essa enorme mais-valia que existia para a cidade, e que tantas vezes tinha sido maltratada pela Administração do Porto de Lisboa. -----

----- Isso significava, portanto, que não podiam deixar, como se dizia na nota explicativa da Comissão que propuseram, que se congratulavam com essa decisão no sentido de abrir e eventualmente transferir competências que até agora estavam a cargo da Administração do Porto de Lisboa, em áreas que não fossem exclusivamente respeitantes a essa actividade portuária, para o Município de Lisboa. Ou seja, o PSD congratulava-se com essa possibilidade que existia agora para que fosse concretizável uma intervenção muito mais activa do Município de Lisboa em tudo aquilo que respeitava à respectiva frente ribeirinha. -----

----- No entanto, encontrava-se presente no documento que debateram até agora, a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, um protocolo de intenções entre o Estado Português e o Município de Lisboa, relativo à frente ribeirinha de Lisboa, e analisado esse articulado, muito sumário, que foi subscrito pelo Presidente da Câmara e pelo Ministro das Obras Públicas, no dia 28 de Janeiro de 2008, verificaram que ele era suficientemente vago, suficientemente abstracto e pouco concreto para que houvesse a necessidade de que a Assembleia Municipal acompanhasse a implementação desse mesmo protocolo, com a constituição de Comissão Permanente para Acompanhamento da Gestão e Intervenção na Zona Ribeirinha de Lisboa. -----

----- E importava evidentemente ter em linha de conta que essa zona era demasiado importante e demasiado vulnerável para que os Deputados Municipais, como representantes dos lisboetas, prestassem uma atenção muito especial a tudo o que respeitava às obras e a tudo aquilo que iria fazer-se na zona ribeirinha de Lisboa. -----

----- Disse precisavam de ter uma ideia muito mais precisa daquilo que seria a concretização prática do protocolo que lhe foi fornecido para apreciação, e subscrito entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Governo através do Ministro das Obras

Públicas, precisavam de saber em que era que se iria materializar o poder de intervenção e quais eram as áreas que iriam ser objecto de transferência para a gestão urbanística do Município de Lisboa, e precisavam de acompanhar devidamente a actividade que viesse a desenvolver-se nos próximos tempos, ao longo de toda a zona ribeirinha, que, evidentemente, era uma enormíssima mais-valia para a Cidade de Lisboa, mas que não poderia estar, obviamente, ao arbítrio e canalizada para apetites, que naturalmente existiriam, de interesses imobiliários que teriam de contrariar activamente. -----

----- Portanto, era uma Comissão que se queria activa, uma Comissão que se queria envolvendo designadamente as Juntas de Freguesia que tivessem uma gestão directa ou indirecta com a zona ribeirinha de Lisboa. -----

----- Finalizou dizendo que se tratava de uma boa iniciativa, a qual, por isso mesmo, mereceria o apoio dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que o PS se congratulava com o facto do Deputado Municipal Vasco Valdez de congratular também, e, tal como referira na semana passada, o PS ia votar a favor desta proposta. -

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que foi assinado entre o Município de Lisboa e o Governo, com pompa e circunstância, sob o olhar dos emigrantes que Mestre Almada retratara, um protocolo de intenções em que eram definidas as responsabilidades que cabiam a cada um no ordenamento da Frente Ribeirinha de Lisboa. -----

----- Três vezes aí foi dito que se tratava de um dia histórico: pelo Senhor Primeiro-Ministro, pelo Senhor Ministro das Obras Públicas, pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Sem dúvida que se tratava de um dia histórico. Mas na História, diziam os romanos, havia dias fastos e nefastos. Oxalá esse fosse um dia fasto! -----

----- Mas derivavam das palavras do Senhor Presidente da Câmara algumas dúvidas e incertezas, quando assegurava que qualquer deriva conducente à privatização do solo sobre o qual o Município era agora responsável, desencadearia um processo de reconversão a favor do Estado. -----

----- Se o princípio os tranquilizava, a hipótese da ocorrência preocupava-os. Sobretudo se se lembrassem que há quatro ou cinco semanas o Município alienara uma parcela, pequena mas significativa, do seu património na zona ribeirinha, lançando-a, por permuta, no mundo controverso do negócio imobiliário ligado ao futebol. Operação que hoje já não seria aceitável e que evidenciava a imprudência então ali denunciada. -----

----- Disse que as novas responsabilidades da Câmara corriam o perigo de cair no buraco negro que ainda era hoje o planeamento e a gestão da cidade: -----

----- A ausência de uma visão sistémica em que tudo se relacionava com tudo, tinha vindo a ser substituída por um planeamento parcelar em que cada operação era um Kosovo, passe o exagero. -----

----- A Baixa-Chiado, a Alcântara XXI, o Alto do Lumiar, a Artilharia I, a Fábrica Barros e o Parque Oriente e muitos mais por aí fora, casos, como se dizia na

informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, onde não havia uma única referência à revisão do PDM. -----

----- Era a cidade retalhada por suturas, e uma se desenhava hoje, com dramática nitidez. De um lado, a zona ribeirinha que reclama estatuto especial, atraía recursos e confiava a sua gestão a reconhecidos talentos, do outro, para lá da Av. 24 de Julho, outras regras, outras personagens, outros valores. -----

----- Era nesse sítio que se localiza talvez a mais pesada herança que os anteriores Executivos transmitiam ao actual no domínio da imagem da cidade e paisagem urbana. -----

----- A construção de uma torre com mais de 100 metros de altura, entre o Tejo e o miradouro de Santa Catarina, miradouro onde os lisboetas iam ver os navios. Frase feita de duplo sentido: o lúdico, pois ver o porto e os navios sempre fora entretém popular e barato e o da nostalgia dos que viam os outros partirem e que ficavam. -----

----- Pois se a chamada Torre Foster fosse construída, a vista seria sobre as traseiras de um edifício que, mesmo que fosse construído de vidro, de aço ou de tungsténio, até podia ser de ouro, seria sempre intruso e arrogante. -----

----- Se curassem da frente ribeirinha e descurassem o interior que lhe estava à ilharga em Alcântara e no aterro sobre os boqueirões, perderiam autoridade moral, perante os concidadãos, de cuidar da riqueza ambiental e paisagística de Lisboa. -----

----- E mais: se fosse aprovado tal edifício, estariam a dar cobertura à mais abjecta especulação: aquela que sacava mais-valias do esforço público e as encaminhava para o bolso privado. -----

----- Concluiu dizendo que a resolução do problema exigia a mobilização de todos, e se a proposta de criação de uma Comissão no âmbito da Assembleia Municipal para o planeamento da zona ribeirinha podia contribuir para tal, teria o apoio do PCP e mobilizaria o seu desejo de participação. Contudo, frente ribeirinha de sentido amplo, incluindo os terraplenos e as encostas, ou seja, a face da cidade sobre o rio. Tudo isso, sob o entendimento do futuro da cidade, que deveria ser expresso num Plano Director que tardava. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que estavam a apreciar a proposta apresentada pelo PSD, relativa ao planeamento e a gestão da zona ribeirinha de Lisboa, um tema que ao BE dizia muito, um tema essencial do seu programa eleitoral, e um dos cinco pontos do acordo político que têm com o PS nesta legislatura. -----

----- Esse acordo político dizia expressamente que a Câmara exigiria do Governo a retirada à Administração do Porto de Lisboa da tutela sobre todas as áreas não ocupadas por actividades especificamente portuárias, e, ainda, que a Câmara exigiria que qualquer intervenção na frente ribeirinha, nomeadamente em Pedrouços e na zona entre Santa Apolónia e Cais do Sodré, fosse precedida de aprovação pela Câmara Municipal de Lisboa, após amplo debate, garantindo, em qualquer caso, a sua articulação com o Plano Verde e a não construção de barreiras físicas que prejudicassem, quer as vistas, quer a vivência do espaço marginal por todos os lisboetas. -----

----- Disse que a assinatura do protocolo de intenções subscrito entre o Estado Português e o Município de Lisboa, representara um passo em frente de grande significado nessa matéria, porquanto se abriam novas perspectivas de diálogo e de contacto da cidade com o Tejo, e abriam-se novas perspectivas para a melhoria do acesso dos cidadãos de Lisboa à fruição da zona ribeirinha. -----

----- Portanto, um dos pontos do acordo político que fizeram estava já coroado de sucesso. -----

----- E desejava também lembrar que anteriormente houve condições de consonância política entre o Município e o Governo da República, por exemplo nos últimos seis anos, em que os vários PSDs que estiveram à frente do Governo poderiam ter resolvido essa questão, em consonância com a maioria da Câmara, e não o fizeram. Conseguiram-no agora. -----

----- Referiu, ainda, que a preocupação com a especulação imobiliária na zona, que estava expressa na proposta do PSD, era uma preocupação que, evidentemente, tinha fundamento, muito embora a Cláusula sexta do protocolo, ao referir a existência de uma ecopista entre Pedrouços e o Parque das Nações, de alguma maneira convergisse e apoiasse uma postura de não especulação. -----

----- Mas desejava registar neste ponto a pirueta do PSD, que com esta proposta parecia que agora se pretendia posicionar como estando preocupado em garantir que zonas da cidade ficassem ao abrigo da especulação imobiliária. É que existia uma inconsistência entre as preocupações actuais do Grupo Municipal do PSD de garantir que as zonas ribeirinhas ficassem ao abrigo da especulação imobiliária, e a sua prática, também no actual mandato, no que respeitava à especulação imobiliária noutros pontos da cidade. E, a título de exemplo, referia o *dossier* Parque Mayer/terrenos de Entrecampos, a urbanização do Vale de Santo António, o Convento dos Inglesinhos, e poderia referir outros. -----

----- Havia uns tempos em que o PSD controlava o Executivo municipal, outros tempos em que não, enfim, mudavam-se os tempos, mudavam-se as vontades. -----

----- Quanto há constituição da Comissão, disse que o BE estava de acordo que uma questão estratégica como esta para cidade não poderia deixar de ser objecto de atenção por parte da Assembleia Municipal. Porventura prefeririam uma Comissão Eventual a uma Comissão Permanente porque a conclusão do PDM deixaria de justificar a existência da Comissão, mas como a conclusão do PDM não estaria num horizonte próximo, a Comissão ser Permanente ou ser Eventual, prefeririam, como referira, a Eventual, mas votariam favoravelmente a constituição da Comissão Permanente. -----

----- Entendiam que esta era uma matéria que não poderia deixar de ter uma atenção muito particular da parte da Assembleia Municipal, mas não poderia também deixar de, no seu processo de decisão, ter uma participação pública, ter a intervenção dos cidadãos num assunto de tão grande importância. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra, disse que há muitos anos a Cidade de Lisboa se encontrava divorciada do seu rio. Aliás, na Assembleia Municipal vários

Deputados Municipais tinham subido à tribuna para referir situações específicas em que a forma anómala como a gestão da zona ribeirinha da cidade tem estado atribuída, resultava em claro prejuízo para a cidade, para o seu progresso e para o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos. -----

----- Recentemente, porém, a conjugação das vontades dos responsáveis governamentais e camarários, e também a confluência política correspondente, pudera dar sequência a decisões anteriores de individualização de zonas específicas da cidade, entregando-as à gestão da entidade a quem tal competia, a Câmara Municipal de Lisboa como era evidente, como foi o exemplo das Docas de Alcântara e em outras situações pontuais. -----

----- Mas tratava-se agora de uma decisão de carácter genérico e aplicável à totalidade da linha de água da Cidade de Lisboa, com especificidades para zonas de carácter eminentemente portuário, zonas mistas e zonas livres de acostagem comercial, turística ou industrial. Era um progresso que saudavam e que os enchia das mais fundadas esperanças. -----

----- Ora, competia à Assembleia Municipal, conforme expresso no artigo 4º do Regimento e outras disposições aplicáveis, nomeadamente o seu artigo 61º e seguintes, acompanhar e fiscalizar a acção camarária nos pontos e acções relevantes para a vida dos cidadãos e futuro da cidade. E poucas circunstâncias poderiam considerar que pudessem ser mais relevantes para o futuro de Lisboa do que esta e única oportunidade da cidade ficar inteira com o seu rio. -----

----- Impunha-se, portanto, nos mesmos termos previstos no Regimento, a criação de uma Comissão Permanente para Acompanhamento da Gestão e Intervenção na Zona Ribeirinha de Lisboa, e impunha-se também por via da necessidade de acompanhamento das acções inovadoras da prática da gestão em termos do aproveitamento lúdico das áreas ribeirinhas e do seu impacto na cidade, que evidentemente se prolongaria por mais de um mandato autárquico, apresentando, portanto, um carácter de interesse geral e com o objectivos não finitos no tempo. Era por isso que tinha que ser uma Comissão Permanente e não uma Comissão Eventual, porque os objectivos eram gerais e não eram finitos no tempo. -----

----- Haveria que acompanhar as intervenções a efectuar no sentido de disponibilizar esses espaços aos cidadãos, haveria que acompanhar a criação de entidades vocacionadas para cada um dos aspectos das intervenções necessárias, haveria que verificar a harmonização entre as posições por vezes antagónicas dos interesses da população em geral, e dos específicos da actividade portuária pesada, que ainda pesava sobre Lisboa. Haveria, sobretudo, que acompanhar e encorajar todos os mecanismos que pudessem assegurar que as áreas assim libertadas e lavadas pelo rio, o fossem também de qualquer espécie de especulação imobiliária. E era sobretudo com isso que se teriam que preocupar. -----

----- E haveria, finalmente, a vontade de encontrarem entre todos o consenso e unanimidade, no sentido de colaborar na gestão desses novos espaços em benefício de Lisboa, começando pela criação, nos termos regimentais, da Comissão Permanente ora proposta. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, disse que, como ali foi referido, o dia da assinatura do protocolo entre a Câmara e o Ministério das Obras Públicas, era de facto um dia de júbilo, e não tinha as dúvidas que o seu colega arquitecto, Deputado Municipal Silva Dias, pessoa que prezava há muitos anos, ali pusera. Efectivamente, a preocupação que essa transferência de domínio abrisse as portas à especulação, era uma preocupação que também tinham e que teria que ficar absolutamente salvaguardada. -----

----- Mas confundir aquilo que se passara com a transferência para o Metropolitano para alargar o interface de transportes junto ao Cais do Sodré, como operação de especulação, aí estava em total desacordo com o seu colega Silva Dias. -----

----- Disse que o protocolo previa, para já, que a Câmara elaborasse um plano estratégico para os 18 quilómetros de frente ribeirinha, incluindo já a parte da EXPO, e no qual, como era sabido, havia áreas exclusivamente portuárias, havia áreas que eram transferidas para o domínio municipal, e havia áreas que seriam objecto de protocolo a celebrar pela autoridade portuária e a Câmara, e relativamente às quais também se teriam que fazer estudos específicos definindo a ocupação e a gestão futura dessas mesmas áreas. -----

----- Por isso, era particularmente importante o envolvimento da Assembleia Municipal, não só no debate mas também no acompanhamento das decisões que teriam que ser tomadas relativamente à frente ribeirinha. -----

----- Disse que esta proposta era uma proposta positiva, e que Câmara se propunha à maior colaboração e à maior abertura com a Comissão, para que efectivamente se criasse um consenso quanto à forma de ocupar esse território. -----

----- Mas não desejava deixar passar este momento sem fazer uma pequena nota sobre a questão do PDM. Ao contrário do que havia sido dito, não tinham uma visão segmentada da cidade. De facto essa visão sistémica de que se falara, não era um exclusivo, era efectivamente a mesma que tinham. Agora, essa visão sistémica não os impedia de pensar na importância que Alcântara tinha, nos termos do actual PDM e em quaisquer termos futuros na Cidade de Lisboa, e por isso avançar com um plano de urbanização para Alcântara. Assim como não os impedia de compreender que a Baixa e o Chiado eram o coração da Cidade de Lisboa, e que poderiam reflectir sobre essas áreas e avançar com propostas sem ter fechado o PDM. -----

----- Aliás, deixava uma pergunta no ar: como era possível, neste momento, fechar um Plano Director quando tantas questões estavam por decidir? Quando ainda não sabiam como iria ser a terceira travessia do Tejo, que impacto ela iria ter na cidade, quando ainda havia dúvidas onde ficaria a estação do TGV, já havia quem falasse em levá-la para os terrenos da Portela, quando só agora estava a ser concluída a CRIL. Portanto, havia muitas questões em cima da mesa, questões que teriam que ser reflectidas exactamente numa visão sistémica, Lisboa teria que ser pensada nos termos da sua Área Metropolitana e na relação com as duas margens do Tejo, aí também a grande importância da frente ribeirinha. -----

----- Portanto, sendo urgente proceder a essa reflexão, discutir com a Assembleia Municipal as questões que estavam em cima da mesa, era urgente pensar sobre o Plano Director, mas era utópico pensar que ele se podia fechar a curto prazo. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, como mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta para a criação da Comissão Permanente para Acompanhamento da Gestão e Intervenção na Zona Ribeirinha de Lisboa, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, seguidamente, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária iniciada no passado dia 19 de Fevereiro. -----

----- Eram 18 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, \_\_\_\_\_.

----- O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----